



Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL

Proposta de Oferta de Curso de Graduação Tecnológica

GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS

Projeto Pedagógico e Plano de Trabalho (Turma III – 2020/2022)

Natal, outubro de 2019



Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ciências Sociais Aplicadas

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL

Proposta de *Curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas*, submetida ao Departamento de Administração Pública e Gestão Social (DAPGS), para oferta pelo Programa Nacional de Educação Na Reforma Agrária (PRONERA) em cooperação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Natal, outubro de 2019

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

1.1. Instituição de ensino proponente e unidade acadêmica responsável

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL**

1.2. Título do Projeto

Curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas

1.3. Objeto do projeto

Ofertar Curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas, visando à formação de 60 jovens e adultos, oriundos de Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do Rio Grande do Norte (INCRA/RN), e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), conforme trata o parágrafo 1º do art. 1º do Decreto n.º 6.672, de 02 de dezembro de 2008, além de comunidades quilombolas reconhecidas pelo INCRA conforme Art. 13, inciso iv do Decreto 7.352/ de 04 de novembro de 2010.

1.4. Responsáveis pelo Projeto na instituição de ensino

COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Washington José de Souza, Dr.

Endereço eletrônico: wsouza@ufrnet.com

Tel. (84) 98835-1850/99167-6553 (84) 3215-3504

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Prof. Thiago Ferreira Dias, Dr

Endereço eletrônico: tfdpe@yahoo.co.br

Tel. (84) 98899-4071 (84) 3215-3504

2. APRESENTAÇÃO

É função da Universidade pública, especialmente no ensino, oferecer meios para que jovens e atores sociais, integrantes de organizações sociais e, especificamente, de organizações vinculadas à Agricultura Familiar, a exemplo dos assentamentos rurais, participem de atividades educativas, extensionistas e organizativas, adquirindo conhecimentos que auxiliem na transformação social, política e econômica. Mais tarde, esses atores poderão se tornar formadores, gestores sociais, gestores públicos ou associados de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), aprimorando o ato associativo no campo, que aparece, no caso da Reforma Agrária no Brasil, como requisito obrigatório de acordo com a política pública conduzida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Trata-se, aqui, de pôr, em um mesmo espaço educativo, estudantes do campo e professores de Instituição de Ensino Superior (IES) na construção de diálogos e de formação em temáticas de gestão organizacional, viabilizando mudanças comportamentais e tornando a juventude rural protagonista na condução de demandas da agricultura familiar. Desta forma, torna-se possível a formação de agentes de desenvolvimento local, líderes, empreendedores e gestores.

O presente Projeto Pedagógico tem, pois, o intuito de garantir ações de formação profissional em Gestão de Cooperativas observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais do MEC/CNE, assim como, princípios das Diretrizes Curriculares da Administração, normas específicas para oferta de cursos de Graduação Tecnológica e a missão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. É oportuno afirmar que uma das finalidades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte é educar, produzir e socializar o saber, contribuindo para o desenvolvimento humano e comprometendo-se com a justiça social, a democracia e a cidadania. A IES assume, ainda, a finalidade de contribuir para o processo de desenvolvimento do Rio Grande do Norte e do País por meio da formação de quadros científicos e técnicos que atendam a necessidades da sociedade, o que exige a formação profissional de qualidade.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), em seu Artigo 39, conceitua educação profissional como sendo aquela integrada ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo o educando ao permanente desenvolvimento de suas aptidões para a vida produtiva. A educação profissional pode ser compreendida, portanto, como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Assim, o Ministério de Educação, com a finalidade de atender a demandas da sociedade civil, em termos de qualificação, vem firmando parcerias com IES, no intuito da criação de Cursos Tecnológicos de Graduação,

destinados a egressos do ensino médio e técnico. Os cursos superiores tecnológicos, considerados de graduação pela legislação vigente, têm como característica principal a capacitação técnica para atender aos diversos setores da economia e conferem, ao egresso, o diploma de Tecnólogo.

Levando em consideração as características dos agricultores familiares, no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Norte, acredita-se que o cooperativismo, e organizações similares que em torno dele transitam, podem assumir relevante papel no desenvolvimento socioeconômico e político de comunidades e áreas rurais. Neste sentido, o presente Projeto atende agenda da Reforma Agrária brasileira ao tempo em que envolve, por um lado, uma IES pública – a UFRN – no cumprimento de sua missão e responsabilidade social. Por outro lado, envolve o INCRA/RN, por meio de cooperação firmada a partir do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA). Trata-se de uma proposta de Curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas, para a formação de jovens e adultos em áreas de assentamentos rurais da Reforma Agrária no Rio Grande do Norte.

A proposta contempla um total de 1900 horas, divididas em 6 (seis) períodos letivos, nos anos de 2013, 2014 e 2015. As atividades previstas consideram o cumprimento de componentes curriculares obrigatórios, componentes curriculares optativos, atividades complementares e a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), respectivamente, 1500, 120, 100 e 180 horas. O *Tempo Escola* totaliza 1215 horas em sala de aula, e, o *Tempo Comunidade*, 405 h/a, representando, respectivamente, 75% e 25% da carga horária. Todas as atividades ocorrerão sob a orientação de docentes e o acompanhamento de estudantes de apoio acadêmico e técnico, no âmbito do INCRA denominados de monitores. O Curso será realizado em encontros mensais, de uma semana de duração, nos turnos manhã e tarde, e, na efetivação acadêmica, norteia-se pela articulação teoria-prática, compreendendo atividades presenciais e vivenciais, mediadas pela aplicação de recursos didático-pedagógicos da Pedagogia da Alternância.

O Curso proposto atende a critérios das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Administração e para a Graduação Tecnológica. Advém dessa observância, a escolha do nome do Curso, pois, Gestão de Cooperativas é nomenclatura contemplada em ambos os documentos. O Curso ficará alocado, na UFRN, no DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – DEPAD/CCSA. O DEPAD mantém Curso de Graduação em Administração desde 14 de setembro de 1971, reconhecido pelo Ministério da Educação através do Decreto 80.352, de 16 de setembro de 1977.

3. JUSTIFICATIVA

A presente proposta reúne interesses comuns de duas instituições públicas federais: a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A UFRN assume a responsabilidade de coordenação acadêmica, contratação e organização do quadro docente, garantia de estrutura física e, mediante repasse de recursos por parte do INCRA, de contratação de uma pessoa específica para a secretaria do Curso, garantia de veículos para transporte dos estudantes para participação nas atividades acadêmicas, espaço para alojamento e alimentação dos alunos durante a realização das atividades de ensino. A Instituição ficará, também, responsável pela realização de reuniões pedagógicas com professores e estudantes, pela preparação e disponibilização de material didático-pedagógico e pela condução das atividades burocráticas e de planejamento.

O curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas contará com dependências físicas sob a responsabilidade do Departamento de Administração Pública e Gestão Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Quanto às demandas e atividades de pesquisas bibliográficas, os estudantes poderão dispor da Biblioteca Central Zila Mamede e da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, desde que, indicada a necessidade por docentes dos componentes curriculares. Neste sentido, é oportuno informar que a utilização de instalações da UFRN ocorrerá esporadicamente, mediante programação prévia, pois, os componentes curriculares ocorrerão em espaço passível de comportar os alunos durante uma semana intensiva de atividades/*tempo escola* a cada mês, com garantia de alojamento para todos. Portanto, compete à UFRN identificar e contratar espaço compatível para suprir tal demanda, com recursos garantidos pelo INCRA. A Universidade compromete-se, ainda, com o envio de relatórios da execução acadêmica e financeira, anuais, elaborados pelo Coordenador e, ao final do Curso, com a certificação dos jovens e adultos matriculados que integralizem a carga horária prevista para a conclusão.

O INCRA, através da intermediação da Superintendência Regional no Rio Grande do Norte/SR-19, responsabiliza-se por repassar os recursos necessários à devida execução do Curso e, ainda, por orientar, supervisionar e fiscalizar as atividades em execução, conforme cronograma estabelecido no Plano de Trabalho e relatórios apresentados pela Coordenação do Curso.

Estão postos, portanto, interesses comuns e a garantia dos recursos necessários ao desenvolvimento do Curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas, especialmente pela via de capacidades técnicas e intelectuais disponibilizadas pela UFRN, e, por outro lado, pela via da garantia dos recursos financeiros por parte do INCRA.

Reconhecem as duas instituições que o Brasil, em sintonia com movimento de âmbito mundial, desde os anos 1970 atravessa importantes transformações na estrutura econômica e na sociedade como consequência de processos de reestruturação do capital e de reformas no papel do Estado. Um grave problema, derivado dessa situação, é a redução dos níveis de emprego e a precarização do trabalho. No caso do semiárido nordestino brasileiro – contemplado nesta proposta – mediante restritas opções no mercado formal de trabalho, a alternativa de jovens e adultos tem sido a inserção em atividades informais e precárias de trabalho que restringem ou negam direitos e produzem níveis de renda instáveis, fato ainda mais verdadeiro em áreas rurais de assentamentos da Reforma Agrária.

3.1. Relevância do trabalho cooperativo

A organização de trabalhadores em cooperativas, associações e formas congêneres de manifestação do ato coletivo é alternativa de geração de trabalho e renda que se destina à promoção da autogestão e relações sociais e de trabalho em bases renovadas, pois, (re)coloca o trabalhador na condição de proprietário dos meios de produção e dos resultados do trabalho, além de gestor e controlador da própria força de trabalho. Nova relação social e de trabalho, portanto, passa a prevalecer, e, nesse sentido, são problematizadas relações convencionais de natureza capitalista que subordinam o trabalhador ao patrão. Entram em cena, o exercício da cooperação, a participação e a responsabilidade social.

O grande desafio, portanto, é formular e implantar alternativas de desenvolvimento e de geração de trabalho e renda, reforçando a organização de trabalhadores em empreendimentos solidários, através da gestão democrática e solidária do trabalho e da produção e da educação permanente, além do respeito à diversidade étnica, cultural, territorial e ambiental. No Brasil, o movimento da economia solidária vem ganhando força nos últimos anos, impulsionado principalmente pela implantação de políticas públicas no âmbito nacional, com destaque para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, no Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003, e a estruturação do Fórum Nacional e de Fóruns Estaduais de economia solidária. Essas instâncias possibilitam alternativas de articulação de experiências de geração de renda nos municípios brasileiros, elaboração de agendas comuns e promoção de intercâmbio e sistematização de conhecimentos.

Como resultado dos esforços para o fortalecimento do segmento, a SENAES, em parceria com o Fórum Nacional de Economia Solidária, realizou pesquisas e divulgou resultados do Mapeamento da Economia Solidária no país através do Atlas 2005/2007 (<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>). Dados do Atlas apontam a

identificação de 14.956 empreendimentos no Brasil; destes, 47% estão localizados no Nordeste. O Mapeamento indica, ainda, que mais de 70% dos empreendimentos no Brasil foram criados entre os anos 1990 e 2002 e envolvem mais de um milhão de pessoas. No estado do Rio Grande do Norte, foram mapeados 817 empreendimentos, com elevada concentração nos setores da agropecuária, do artesanato, da produção de alimentos e da produção cultural.

O ato cooperativo e associativo beneficia o desenvolvimento de tecnologias sociais e a inovação popular, pois, garante ao trabalhador a liberdade na gestão, no intercâmbio de saberes e na construção de redes de cooperação, o que inclui o aprimoramento de processos de troca e comercialização. Trata-se de visão de futuro estruturada em conhecimentos e cultura populares que prepara cidadãos, não apenas em termos de qualificação profissional, mas, também, para o exercício político e a participação social. Além disso, é fato que o espaço para a organização de natureza cooperativa vem sendo ampliado, tanto pela escassez de alternativas no universo do trabalho formal, quanto pelas oportunidades que traz à mobilização e participação social. Dentre as diversas áreas de atuação das cooperativas, destacam-se aquelas relacionadas ao desenvolvimento da agricultura familiar e da concessão de crédito. Não raro, são cooperativas que fomentam, recebem, beneficiam, industrializam e comercializam a produção da Agricultura Familiar, inclusive, contemplando clubes de troca e crédito.

3.2. Relevância do Curso no contexto da economia potiguar

Com uma população economicamente ativa de 1,5 milhões e um total de 3,16 milhões de pessoas, o Estado do Rio Grande do Norte apresentou, de acordo com resultados do Censo 2010, subemprego de 50,5% e taxa de analfabetismo, na faixa etária superior a 10 anos, de 17,3%, (IBGE, 2010), além de condições precárias de oferta de serviços básicos como saúde e saneamento. Na saúde, a rede hospitalar do SUS é de 1.263 ambulatorios, 202 hospitais e 7500 leitos, o que equivale a 294 pessoas por leito hospitalar. Esses números refletem baixo IDH médio, de 0,738 em 2005 (www.suapesquisa.com/.../estado_rio_grande_do_norte.htm), o que coloca o Rio Grande do Norte em 21º entre as unidades da Federação, contrastando com o IDH do Distrito Federal de 0,874, o mas elevado no Brasil. Contraste similar ocorreu, também, no IDH Educação. Neste caso, o Rio Grande do Norte (em 22º) e o Distrito Federal (novamente em 1º) detém, respectivamente, 0,810 e 0,962. Todavia, o estado gerava, em 2005, PIB de R\$ 17,9 bilhões, apresentando crescimento de 4,3% em relação ao ano anterior, superando o crescimento médio nacional que foi de 3,2%.

Outros contrastes são nítidos. O PIB estadual está concentrado em 10 municípios que, juntos, abrangem cerca de 70%. A indústria extrativa (sal marinho, petróleo e gás) e a

de transformação (têxtil, confecções, alimentar e alcoolquímica) ganharam expressão na economia local, passando de pouco mais de 25% do PIB estadual em 1970 para algo em torno de 40% nos anos 1990. O setor terciário, concentrado em serviços de turismo e comércio, tem se mostrado dinâmico e mantido participação no PIB em valores acima de 50%. De outra forma, a agropecuária (gado, algodão, culturas de alimentos e agricultura canavieira), a Agricultura Familiar e as atividades produtivas no campo passam por importantes desafios que demandam qualificação de pessoal para a condução dos processos de gestão, especialmente em virtude de sucessivos períodos de seca/estiagem por que passa a região semiárida. Neste sentido, é válido registrar que o estado possui 139, dos seus 167 municípios, localizados no semiárido.

O Rio Grande do Norte é rico em recursos naturais e, em especial, em recursos minerais, com excelente potencial energético. Produz petróleo e gás, sendo um dos maiores produtores de petróleo no país com uma produção de 105 mil barris/dia. Cerca de 80% da área total encontra-se inserida no Polígono das Secas, predominando a abundância de água potável no litoral e nos grandes reservatórios no interior do estado, o que gera concentração e dificulta o acesso da população do meio rural a este recurso, principalmente aquela localizada no semiárido. Esta situação é agravada em decorrência da degradação e poluição dos mananciais de água e pela carência de sistemas públicos de abastecimento, e, por outro lado, de gerenciamento e controle social. É recorrente o problema trazido pela escassez de chuvas e pelas secas periódicas que assolam a região e penaliza a população, especialmente aquela vinculada à Agricultura Familiar frequentemente marcada pela restrita capacidade financeira e de influência política.

Convivem, assim, situações e possibilidades de riquezas, por um lado, com formação social e econômica que produz pobreza rural e exclusão, por outro. No estado, todos os municípios são atendidos por algum programa de transferência de renda do Governo Federal, com número de 405.812 famílias em situação de extrema pobreza, das quais, 360.265 beneficiárias do Programa Bolsa Família (PORTAL BRASIL SEM MISÉRIA, 2012). É relevante considerar, na leitura desse dado, que o número total de famílias, apurado no Censo 2010, era de 812.126 no estado (IBGE, 2010). Portanto, ainda que os dados abordem anos distintos – 2010 e 2012 – é factível afirmar que algo em torno de 50% das famílias potiguares encontra-se em situação de pobre a extremamente pobre. O valor atual das transferências mensais, no Rio Grande do Norte, é de R\$ 15,5 milhões. É, pois, à luz deste cenário, que o Curso aqui proposto intenta contribuir para a organização social, política e econômica de jovens e adultos, vinculados à Agricultura Familiar, propiciando acesso a conhecimentos especializados e fornecendo elementos úteis à intervenção técnica qualificada, em áreas de interesse da Reforma Agrária, pela via da capacitação para o ato associativo e a organização e gestão de cooperativas.

3.3. Experiência da Instituição proponente e relevância para a agricultura familiar

O setor agropecuário vem mudando nos últimos dez anos e, como consequência do movimento ocorrido, a Agricultura Familiar ocupa 1/3 da produção do setor em termos de volume produzido. A constatação foi feita pelo senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que coletou dados em 2006 e os publicou em 2011. Os dados da pesquisa revelam 83 mil estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Norte, dos quais, 85% vinculados à Agricultura Familiar, com número absoluto que supera 71 mil estabelecimentos e ocupa 32% da área total cultivável. A Agricultura Familiar participa com 1/3 da economia na produção de grãos e de cultura agropecuária, concentrando 90% da produção de arroz, 83% do milho e 61% da produção de mandioca. Os dados mostram que os estabelecimentos familiares são responsáveis por 75% da criação de suínos, com produção de 64% do leite de cabra e 45% do leite bovino. No conjunto, a Agricultura Familiar contribui com 1/3 das receitas gerada pela agropecuária. Ainda de acordo com o Censo, 77% do pessoal ocupado, na agropecuária, é da Agricultura Familiar.

É nítida, portanto, a relevância da Agricultura Familiar no estado e o papel que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, proponente desta proposta, pode e deve assumir em termos da qualificação de pessoal para a gestão social. Em termos do potencial institucional, é pertinente registrar que a UFRN possui tradição nacional na extensão rural, tendo sido a Instituição brasileira proponente do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC que, posteriormente, foi experiência replicada por outras Instituições nacionais de Ensino Superior. A UFRN possui um fundo orçamentário próprio de financiamento de projetos de extensão (FAEx – Fundo de Apoio a Extensão), que tem apoiado, nos últimos anos, vários programas e projetos acadêmicos voltados à geração de renda em comunidades rurais com destaque para:

- a participação de estudantes, professores e técnicos na formulação e execução de diversos projetos de desenvolvimento e geração de renda no meio rural, incluindo ações em assentamentos rurais criados pelo INCRA, a exemplo do Projeto de Assentamento (PA) Rosário, em Ceará-Mirim, com polo de tilápia, e do PA Guarapes, em Jandaíra, com a recuperação do Olheiro Catanduva;

- produção de trabalhos de conclusão dos cursos de graduação e de pós-graduação contemplando temas específicos como Aqüicultura, Agronomia, Veterinária e Zootecnia, e, ainda, temas no campo das Ciências Sociais e Humanas, com destaque para políticas públicas, gestão, geografia e meio ambiente e economia;

- ações de fortalecimento de organizações públicas e sociais mediante projetos de Intervenção Universitária, envolvendo estudantes oriundos do Ensino Médio e da Agricultura Familiar, e a qualificação de fóruns, conselhos e comitês de desenvolvimento;

- ações de extensão na constituição do Pólo de Tilapicultura e de processamento de frutas, a exemplo da cajucultura e da produção de girassol para produção de biodiesel.

- oferta de cursos de nível médio, técnico e superior no âmbito do próprio PRONERA, a exemplo dos cursos de enfermagem e pedagogia da terra, que já formaram quase 2 centenas de jovens e adultos assentados pelo INCRA.

No atendimento a demandas da Economia Solidária no estado, com foco especial na Agricultura Familiar, a UFRN tem, em funcionamento, três incubadoras: **Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias – OASIS**, unidade acadêmica vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e ao Departamento de Administração Pública e Gestão Social (DAPGS), que atua como incubadora de iniciativas populares, sociais e solidárias, desde 2005, sob a coordenação do Coordenador Geral que subscreve a presente proposta de Curso de Graduação Tecnológica; **Incubadora de Iniciativas de Empreendimentos Solidários – INICIES**, unidade acadêmica vinculada ao Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas; **Incubadora Articulação e Fortalecimento de Empreendimentos Solidários – AFESOL**, instalada no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), nos campi de Currais Novos e Caicó.

No conjunto, as três incubadoras atuam no intuito de propiciar:

- formação sócio-política para o trabalho associativo e cooperativo em Empreendimentos Econômicos Solidários, incluindo o incentivo à participação ativa dos membros no Fórum Potiguar de Economia Solidária e em instâncias de Controle Social;

- formação técnica em administração, com foco em Relações Humanas, Produção e Comercialização, Gestão Ambiental, Qualidade, Finanças, Plano de Negócios, Estratégia e Marketing;

- formação técnica em atividades de produção de alimentos, de criação de caprinos, ovinos e peixes;

- realização de diagnósticos socioeconômicos de empreendimentos econômicos solidários das várias cadeias produtivas vinculadas à Agricultura Familiar;

- ações interinstitucionais de Fomento ao protagonismo juvenil e à formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário

- realização de estudos e avaliação de ações e políticas públicas de desenvolvimento e combate à pobreza;

- criação de metodologias inovadoras de extensão e fomento à Economia Solidária;

Ao envolver estudantes, professores e técnicos, as ações da Incubadora permitem a articulação das dimensões ensino-pesquisa-extensão no âmbito institucional. Neste sentido, é válido registrar que o Coordenador Geral desta proposta coordena, no momento, o Curso de Especialização em Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial (CNPq/INSA), reforçando a relevância da instalação do Curso de Graduação aqui proposto

frente à capacidade instalada da Instituição no fortalecimento do ato solidário e da organização coletiva,

A criação do **Curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas** pela UFRN vem, assim, atender a necessidades de formação, em nível superior, de jovens e adultos da reforma agrária e Agricultura Familiar, formando-os e qualificando-os para atuação em organizações públicas e sociais a partir de habilidades e competências específicas da área de gestão, observadas peculiaridades, características e carências do estado, bem como especificidades do público a ser atendido. O Curso contribuirá, ainda, para a valorização de jovens e adultos assentados da Reforma Agrária, resgatando a autoestima, potencializando habilidades, respeitando referências culturais locais e zelando pelo meio ambiente, em sintonia com perspectivas de desenvolvimento sustentável dos assentamentos rurais e do Rio Grande do Norte.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

Formar, em nível de Graduação Tecnológica, jovens e adultos, portadores de diploma ou certificado de Ensino Médio ou equivalente, para a gestão de cooperativas, associações e outras organizações de natureza social e solidária contribuindo com o desenvolvimento social, educacional, político e econômico de áreas da reforma agrária e de territórios rurais potiguares à luz de preceitos de sustentabilidade ambiental e de produção orgânica e agroecológica.

4.2. Objetivos Específicos

1. Formar tecnólogos em Gestão de Cooperativas para atuação em atividades econômicas, sociais e produtivas diversas, especialmente aquelas vinculadas à Agricultura Familiar em assentamentos rurais, sob a égide do ato associativo e dos ideais do cooperativismo;

2. Socializar conhecimentos, técnicas e métodos de gestão necessários à elaboração, ao gerenciamento e à avaliação de projetos econômicos, sociais e de investimento financeiro em organizações solidárias;

3. Capacitar profissionais para compreender processos históricos, socioeconômicos e políticos relacionados ao desenvolvimento e à geração e distribuição de renda;

4. Propiciar a interação teoria-prática permitindo aos estudantes, a partir de conhecimentos acadêmicos, intervenções sociais, políticas, educacionais e técnicas nas comunidades onde vivem.

5. METAS

- Definição de critérios e publicação de edital específico de *seleção simplificada* contemplando todo o estado do Rio Grande do Norte, a partir de número específico de vagas por território;
- Seleção, através de *processo seletivo simplificado*, de 60 jovens e adultos portadores de diploma ou certificado de Ensino Médio ou equivalente, oriundos de áreas de Reforma Agrária no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do Rio Grande do Norte (INCRA/RN), do programa nacional do crédito fundiário e demais famílias cadastradas pelo INCRA;
- Integralização de 1900 horas como carga horária total do Curso, das quais, 1500 em componentes curriculares obrigatórios, 120 em componentes curriculares optativos, 100 em atividades complementares e 180 referentes à elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Tais atividades serão ministradas na perspectiva teórica da Pedagogia da Alternância sob o formato de pesquisas, intervenções (extensão) e estudos em comunidades rurais;
- Realização de 27 encontros de uma semana de duração cada, ao longo de cinco semestres letivos, no intuito de viabilizar as atividades de ensino conforme previstas neste Projeto;
- Monitoramento de atividades de campo e orientação dos alunos, na média de 3 horas *per capita*, com o propósito de qualificar processos de ensino-aprendizagem durante os períodos de vivências/*Tempo Comunidade*;
- Efetivação de orientação, aos 60 alunos, no intuito de viabilizar a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sob a forma de relato de experiências de residência social;
- Formação e diplomação, pela UFRN, de 60 jovens e adultos para atuação em Gestão de Cooperativas e organizações congêneres.

6. COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E VALORES

O Curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas, aqui delineado, centra-se no desenvolvimento das seguintes capacidades e valores:

- Potencializar habilidades e competências cognitivas de pensar, fazer e selecionar tecnologias apropriadas à gestão de organizações solidárias, de caráter associativo e cooperativo;

- Desenvolver atitudes e domínio técnico para a reflexão, a compreensão, a análise e o raciocínio estratégicos, de médio e longo-prazos, possibilitando aos participantes visões de futuro individuais, familiares, comunitárias e dos territórios potiguares, contextualizadas em tendências e cenários socioeconômicos e políticos do Brasil e do mundo;

- Propiciar reflexões em torno de dinâmicas e alternativas para a agricultura familiar a partir de diagnósticos, análises, proposições e implantação de respostas para problemas comunitários, locais e regionais no âmbito da Reforma Agrária no Rio Grande do Norte;

- Reconhecer práticas em gestão social, tecnologias, instrumentos, saberes e interesses relacionados à atividade humana em organizações de propriedade coletiva;

- Exercitar valores de respeito à diversidade e à qualidade da vida nas dimensões humana, animal e vegetal e de reverência ao ato solidário, ao trabalho coletivo, ao respeito mútuo e ao desenvolvimento sustentável.

7. PERFIL PROFISSIONAL E ÁREA DE ATUAÇÃO

Frente às competências e habilidades acima declaradas, o Tecnólogo em Cooperativismo, egresso do Curso aqui proposto, atenderá ao seguinte perfil profissional:

Ser capacitado para interpretar, planejar, gerenciar, aplicar e revisar conceitos e práticas de atos cooperativos e associativos, qualificando-os e diferenciando-os, à luz de valores, doutrina, princípios, filosofia e legislação. Tais profissionais poderão atuar em processos de planejamento, organização, direção e controle de cooperativas singulares, cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com fins de produção, trabalho, consumo, crédito, habitação ou mistas, e, ainda, em associações de naturezas similares, tomando decisões políticas e técnicas destinadas à qualificação da produção e do trabalho coletivos e do ato solidário.

8. REQUISITOS DE ACESSO

A pesquisa “Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas” (LEITE et al, 2004), encomendada pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, revelou que, na criação de qualquer assentamento, diversos organismos internos de representação assumem importância, com ampla predominância da associação, por se tratar de *personalidade jurídica do assentamentos* cuja constituição é obrigatória para o repasse de créditos governamentais. O estudo também apontou que os assentados constituem segmento social que possui relação diferenciada com o Estado, pois, ao instituir um assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo por meio de políticas públicas e, desta forma, estabelece regras para o seu funcionamento e faz exigências formais, a exemplo da criação de associações para relacionamento com os organismos governamentais.

Em essência, tal espaço organizacional demanda participação interna e adesão voluntária visando à tomada de decisões e à gestão de assuntos de interesse comum. Todavia, a efetividade da participação e da decisão coletiva tem se mostrado restrita, uma vez que as informações trazidas à discussão, conforme apontou o referido estudo, frequentemente enfatizam aspectos financeiros¹, subestimando indicadores de natureza política, como a qualidade do ato associativo, e, sociais, a exemplo do acesso a políticas públicas de educação² e a serviços públicos de saúde. Aqui, o desafio é o preparo do trabalhador rural para o ato associativo, o exercício democrático, o debate plural e a decisão colegiada mediada por expectativas e interesses divergentes, relações internas de poder, influências, conflitos e negociações em bases e condições desiguais. Diferentemente das organizações econômicas convencionais do ambiente capitalista, que visam exclusivamente à acumulação de capital e, em contrapartida, gera uma série de problemas sociais, como desemprego, concentração de renda e exclusão social, o ato cooperativo, ou, em termos genéricos, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)³ têm o objetivo de aprimorar as condições de vida do trabalhador para além do aspecto da renda (econômico-financeiro). Para isso, considera o ser humano de forma integral.

¹ Com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Apoio a Projetos de infraestrutura e Serviços em Territórios (PROINF).

² É exemplo o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária gerenciado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – PRONERA/INCRA.

³ Definidos no Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) como associações, cooperativas, clubes de trocas, sociedade mercantil de capital ou por cota de responsabilidade limitada (empresas autogestionárias controladas por trabalhadores) ou grupos informais/ sociedades em comum, convencionalmente tratadas como sociedades informais e de fato, cuja característica central é o encontro de força de trabalho, gestão e propriedade dos meios de produção em mãos do trabalhador.

É, pois, a partir da perspectiva da capacitação para a ação sociopolítica, aliada à componentes de natureza administrativa e econômica, que o presente Curso pretende formar trabalhadores do campo, e segmentos profissionais vinculados à Reforma Agrária, propiciando acesso ao processo seletivo e ao Curso, a jovens e adultos beneficiários do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), conforme definido no Decreto Presidencial 7.352/2010 quando declara:

Art. 13. São beneficiários do PRONERA:

- I - população jovem e adulta das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA e do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNFC, de que trata o § 1º do art. 1º do Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008;
- II - alunos de cursos de especialização promovidos pelo INCRA;
- III - professores e educadores que exerçam atividades educacionais voltadas às famílias beneficiárias; e
- IV - demais famílias cadastradas pelo INCRA.

Assim, o público potencial inclui, além de beneficiários diretos da Reforma Agrária, assentados pelo Crédito Fundiário (CF) do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, professores que trabalham em assentamentos rurais do INCRA e do CF e, ainda, jovens e adultos de famílias quilombolas e indígenas, eventualmente cadastradas pelo INCRA. Dentre os documentos comprobatórios, o candidato poderá apresentar:

- Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP/PRONAF) fornecida pelo INCRA, caso se trate de titular de lote em assentamento rural;
- DAP acompanhada de comprovação de filiação, para os casos de jovens filhos de assentados;
- DAP acompanhada de comprovação da condição de cônjuge ou companheiro/a;
- declaração emitida pela Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária do Rio Grande do Norte – SEARA/RN, comprovando a condição de assentado do Crédito Fundiário;
- declaração da Secretaria Estadual (ou Municipal) de Educação, afirmando a atuação do candidato como professor em escola de assentamento rural do INCRA ou do CF.

Em síntese, o candidato deverá evidenciar, em documento de fé pública, que atende ao perfil do público previsto no Art. 13 do mencionado Decreto.

9. PROPOSTA TEÓRICA E METODOLÓGICA

9.1. Bases teóricas da proposta

As reflexões que envolvem a temática da educação do campo se constituíram em processo histórico de luta dos movimentos sociais com a intenção de construir proposta pedagógica ancorada em experiências de lutas por terra, direitos e cidadania. A educação do campo dá-se em meio a múltiplas possibilidades de acesso ao conhecimento, reconhecimento e considerando condições de desigualdades – sociais, econômicas, geográficas, dentre outras – desde a educação infantil até o ensino superior. Para Santos (2000), é reivindicada uma escola pública do campo a partir de paradigma contra hegemônico, com prevalência de concepções alicerçadas nos princípios da educação popular, valorizando pressupostos teóricos e metodológicos que incentivem a formação de cidadãos capazes de questionar a dominação, a precariedade do acesso a direitos e a desigualdade social, incorporando reflexões da realidade de contradições por que passa a sociedade a partir de questões como: por que elas existem? Que mecanismos mantêm relações de privilégio? Que estratégias são passíveis de aplicação à superação de situações de dominação e desigualdade?

Por motivo similar, é oportuno considerar, quando se pensa em exercício pedagógico libertário, processos da pedagogia da alternância, aqui tomada como proposta diferenciada e alternativa que adota o universo pedagógico como oportunidade de resistência cultural em relação à hegemonia da pedagogia tradicional presente na educação brasileira (NASCIMENTO, 2003). Baseia-se no método científico observar, ver, descrever, refletir, analisar, julgar e experimentar, agir ou questionar. Utiliza planos de estudos na família, na comunidade e na escola, provocando questões (através de aulas, palestras, visitas, pesquisas, estágios) e possibilitando experimentos e vivências em casa e na comunidade, pela via do aprofundamento. Encontra-se implícita na proposta de Jean Piaget, “fazer para compreender”, ou seja, praticar para, depois, teorizar sobre a prática. O princípio é que a vida ensina mais que a escola e, por isso, o centro do processo ensino-aprendizagem é o aluno e sua realidade. A experiência socioprofissional torna-se ponto de partida do processo de ensinar e, também, ponto de chegada, pois, o método da alternância constitui-se no tripé ação–reflexão–ação, ou, prática–teoria–prática.

Alternância significa processo de ensino-aprendizagem que acontece em espaços e territórios diferenciados e alternados. O primeiro é o espaço familiar e a comunidade de origem (realidade); o segundo, a escola onde o educando partilha os diversos saberes que possui com os outros e reflete em bases científicas (reflexão); no último estágio, retorna-se à família e à comunidade a fim de continuar a práxis (prática + teoria) seja em práticas organizativas coletivas, na propriedade (atividades de técnicas agrícolas), ou, em

movimentos sociais. De maneira geral, a pedagogia da alternância parte de experiências concretas do aluno.

Alerta Freire (1983) que a pedagogia não deve ser elaborada para o sujeito, mas, sim, a partir dele, com o conhecimento empírico e a troca de conhecimento com atores do sistema tradicional de educação, e, ainda, com membros da família e da comunidade onde vive o aluno e que pode fornecer-lhe ensinamentos acerca da realidade. Em raciocínio análogo, reconhece Gohn (2001) que a família é espaço de educação informal, que acontece nos processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregado de valores e representações, como é o caso da educação familiar. A educação não formal, assim, ocorre na intencionalidade de sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos. Neste sentido, está presente no bairro-associação, nas organizações, nos movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos, nos partidos políticos e nas ONGs.

É, pois, a partir deste entendimento, que o presente Curso será implantado. Em etapa anterior a cada componente curricular, os alunos serão provados a conhecer a realidade, o espaço onde vive. Roteiros prévios serão distribuídos para orientar a atividade e, a partir de narrativas no primeiro momento de cada componente curricular, os conteúdos serão expostos em permanente interação professor-aluno, teoria-prática, prática-teoria. Por essa razão, estão previstas, no total, 1215 h/a, de *Tempo Escola* em sala de aula, e, 405 h/a de *Tempo Comunidade*. Ao contemplar a ideia de *Tempo Escola* e *Tempo Comunidade*, como procedimento didático-pedagógico fundamental, a perspectiva dialógica é atendida por meio de situação inicial problematizada e de conteúdos desenvolvidos a partir de sínteses dos trabalhos vivenciais. As atividades presenciais atenderão aos chamados “Momentos Pedagógicos”, que são os organizadores da prática dialógica proposta e que se estruturam da seguinte forma: a) o Estudo da Realidade (ER), que é o momento de compreender o universo significativo em que está imerso o aluno; b) a Organização do Conhecimento (OC), em que predomina a fala do professor, que organiza as informações e habilidades necessárias à aquisição do conhecimento; c) Aplicação do Conhecimento (AC), que é o momento da síntese, quando as duas visões de mundo se articulam para promover a ampliação do conhecimento.

9.2. Eixos didático-pedagógicos

A proposta curricular para este Curso, uma vez pautada nos princípios acima, sob a orientação da Pedagogia da Alternância e da Educação Popular, considera, como ponto de partida, saberes e práticas dos alunos e a realidade dos assentamentos, da Reforma Agrária, da Agricultura Familiar e das comunidades/municípios de onde se originam. Por conseguinte, a singularidade será realçada sem perder de vista os elementos universais que compõem a cultura do homem e da mulher do campo, na perspectiva de mobilizar um movimento pedagógico pautado na ação-reflexão-ação e nos seguintes eixos:

1. Entender a educação como uma prática humana, portanto, histórica, mutável, referenciada por condições que incorporam dinâmicas de relações sociais mais amplas, para além daquelas restritas a professor-aluno/ aluno-professor;

2. Como prática social, a Educação, apesar de não ser elemento determinante, pode se constituir instrumento importante para ocorrência de transformações sociais e, para isso, precisa dar ao educando acesso ao conhecimento que permita agir no mundo em que vive – inserção local em uma sociedade complexa, em constante mutação;

3. Incorporar possibilidades de emancipação individual e coletiva, estabelecendo relações mais igualitárias, justas e humanas e a produção e democratização de conhecimentos socialmente significativos, tanto à compreensão da realidade quanto à sua transformação;

4. Acesso a saberes da tradição e ao conhecimento científico elaborado pela humanidade, o que deve ocorrer por meio de processo dialógico, de forma criativa e crítica, em que professores e alunos se constituem atores, em situação de igualdade, ao manipularem conhecimentos visando à conquista/exercício da cidadania e à promoção da qualidade de vida;

5. Entendimento quanto à relevância de exercício pedagógico e prática educativa que assumem, como ponto de partida e de chegada, a situação agrária brasileira e a vida no campo mediante conexões entre diferentes abordagens teóricas e destas com o cotidiano;

6. Intercâmbios entre teoria e práticas sociais mediadas por leituras críticas que explicitam, analisam, reconstróem o saber e redirecionam o fazer. Trata-se de prática - crítica e criativa - em confrontação com a teoria, produzindo um novo saber capaz de reorientar a ação;

7. Relação pesquisa-ensino que possibilite o confronto de ideias e conteúdos do Curso com a realidade educacional, social, política e econômica do aluno ao tempo em que o incentiva à atuação profissional no âmbito das organizações comunitárias, coletivas, sociais e solidárias;

8. Desenvolvimento das atividades curriculares pautado por práticas de solidariedade, de participação e de criação coletiva, construindo uma cultura acadêmica de formação de cidadãos autoconfiantes, autônomos e engajados em causas da realidade agrária.

Neste sentido, o Curso buscará sistematizar uma proposta pedagógica que favoreça à inclusão de jovens e adultos, que vivem no campo, no Ensino Superior, em instituição pública, oferecendo-lhes educação de qualidade e criando alternativas para minimizar dificuldades de acesso à Universidade, e, eventualmente, permanência. O Curso considera o tempo Universidade e o tempo comunidade como momentos interligados e complementares do conhecimento. Nessa ótica, espera-se colaborar para a construção de

identidade profissional articulada a experiências anteriores, constituídas ao longo da trajetória pessoal e coletiva de luta pela terra e por cidadania, ampliando o compromisso com a profissão e com a realidade dos assentamentos da Reforma Agrária. É intenção, da UFRN, abrir espaço coletivo com diversos atores sociais, para estabelecer um processo de recriação do conhecimento apoiado na reflexão da educação como práxis social, que constrói a realidade enquanto se constrói (GOFFMAN, 1995). Portanto, o valor central, que permeia a execução desta proposta pedagógica, é o compromisso ético com sujeitos vinculados à Reforma Agrária, propiciando-lhes meios para provocar mudanças e buscar, a partir de preceitos de autogestão e ação coletiva organizada, melhorias na qualidade de vida própria, das famílias e das comunidades que habitam.

9.3. Aspectos metodológicos

No primeiro semestre de funcionamento, será constituído o Colegiado do Curso, instância responsável por atender demandas acadêmicas de alunos e professores e resolver pendências eventuais, não previstas neste Projeto Pedagógico, no Regimento ou em outros instrumentos que regulam o ensino de graduação na UFRN.

a) Carga horária total e sistemática de aplicação da Pedagogia da Alternância

Estruturado em 108 créditos de 15 h/a, com carga horária total de 1620 horas a ser integralizada em seis semestres (três anos), o Curso contempla duas naturezas de atividades: componentes curriculares presenciais, entendidas como *Tempo Escola*, e vivências, denominadas de *Tempo Comunidade*. Esta sistemática atende a critério básico do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) quanto à exigência de aplicação de recursos da Pedagogia da Alternância.

O *Tempo Escola* ocorrerá em instalações da UFRN, quando previsto no plano de ensino (auditórios/salas de aulas/bibliotecas/laboratórios), e, em instalações do Centro de Treinamento da EMATER/RN (CENTERN) onde ficarão alojados os alunos, o Centro encontra-se devidamente legalizado conforme alvará de localização e funcionamento. O *Tempo Comunidade* ocorrerá mediante estudos dirigidos, pesquisas de campo e intervenções socioeducativas dos alunos, em ambientes vivenciais próximos, contemplando assentamentos rurais, escolas, organizações sociais, cooperativas e associações, de acordo com o plano de ensino de cada componente curricular. A organização da carga horária em créditos de 15 h/a, por sua vez, atende à norma interna da UFRN, ao passo que a carga horária total prevista é suficiente ao cumprimento das exigências legais para curso de graduação tecnológica em Gestão de Cooperativas de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC, 2010), disponível no portal de Catálogos Nacionais da Educação Profissional e Tecnológica em catalogosept.mec.gov.br/.

b) Componentes curriculares e distribuição da carga horária

O total de 25% da carga horária de cada componente curricular será destinado a estudos de casos e ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão visando à observação, à apropriação e à sistematização de fatos da realidade o que ocorrerá sob a forma de vivências, na família e na comunidade, em observância à *Pedagogia da Alternância*. Essas atividades, entendidas como *Tempo Comunidade*, integrarão os planos de ensino e serão supervisionadas pelo docente, e pelos bolsistas de apoio, podendo ocorrer em momento anterior ao início, durante ou ao final de cada componente curricular, conforme previsto no plano de ensino. A carga horária de sala de aula, *Tempo Escola*, por sua vez, ocorrerá em encontros mensais, durante uma semana, e totalizará 45 h/a em cada componente curricular, 75% da carga horária prevista.

Serão realizados nove encontros mensais a cada ano – quatro no primeiro e cinco no segundo semestre – totalizando 27, destinados ao cumprimento do *Tempo Escola* e com integralização em uma semana intensiva de aula a cada mês, em dois turnos (matutino e vespertino). O *Tempo Escola* obedecerá ao período letivo regular da UFRN, entre fevereiro e dezembro, com intervalo no meio ano, entre julho e agosto. Assim, a cada ano serão integralizados nove componentes curriculares de 60 h/a (equivalente a 4 créditos) contemplando, cada um, 45 h/a (3 créditos) de *Tempo Escola* e a respectiva carga horária de 15 h/a (um crédito) de *Tempo Comunidade*. Várias atividades extracurriculares serão ofertadas durante o Curso, com conteúdos complementares, durante o turno noturno, a exemplo de seminários temáticos, apresentação e discussão de documentários, vídeos e debates em temáticas como educação para a diversidade, aplicação de recursos de Educação Popular na extensão rural, cultura afro-brasileira, relações de gênero em áreas rurais, políticas de acessibilidade, agroecologia, qualidade de vida, poluição, meio ambiente, reciclagem e reaproveitamento de resíduos sólidos, compostagem de resíduos orgânicos dentre outros conteúdos de natureza social, econômica e política. Estas atividades complementares, representando cerca de 5% da carga horária total do Curso, são aqui estimadas em 100 horas.

O cumprimento do *Tempo Escola* atenderá à seguinte sistemática:

- as aulas ocorrerão em encontros mensais, pelo período de uma semana integral, de segunda-feira a sábado, à média de 7,5 h/a por dia. A cada período de uma semana/mês, ocorrerão aulas em dois turnos (matutino e vespertino) contemplando dois componentes;

- a cada mês, a carga horária ministrada será de 24 h/a (4 h/a dia), 4 h/a dia para o componente curricular do turno matutino e 3,5 h/a para o componente curricular do turno

vespertino. Ao final do primeiro mês, portanto, o componente curricular do turno matutino terá integralizado 24 h/a ao passo que a do turno vespertino integralizará 21 h/a;

- no mês seguinte, a continuidade dos dois componentes terá o turno de funcionamento invertido, de modo que, ao final dos dois encontros, os dois componentes curriculares tenham alcançado a carga horária exigida de *Tempo Escola* de 45 h/a cada;

- considerando que a divisão regular semestral na UFRN comporta, em média, cinco meses no primeiro semestre e cinco meses no segundo semestre, o último componente curricular, da oferta anual, ocorrerá em modo exclusivo, com aulas nos dois turnos e 45 h/a ministradas ao final da semana de atividade mensal. Este procedimento será adotado de modo a compatibilizar o funcionamento do Curso ao calendário acadêmico da Instituição.

No último semestre do Curso, no 3º ano, o aluno deverá apresentar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a ser elaborado sob a forma de relatório de atividade técnica, relato de experiência, artigo científico, resumo expandido de trabalho apresentado em evento acadêmico, plano de ação ou plano de negócio para organizações cooperativas ou associações. A produção do TCC, com 180 h/a previstas, não integra a carga horária obrigatória do Curso, conforme diretrizes em vigor para cursos de graduação tecnológica.

c) Corpo docente e atividade de apoio técnico e acadêmico

O corpo docente é composto, majoritariamente, por docentes do quadro da UFRN, estando a contratação de professores externos restrita a, no máximo, 30% do total. No desempenho das funções acadêmicas, o corpo docente contará com apoio técnico de estudantes bolsistas. Desta forma, os trabalhos desenvolvidos pelos alunos nas comunidades e em sala de aula, no *Tempo Escola*, serão acompanhados e apoiados por esses estudantes que darão suporte necessário ao cumprimento das atividades exigidas pelos docentes. Os estudantes de apoio técnico serão escolhidos entre os participantes do Curso de Gestão de Cooperativas e atuarão no envio e na distribuição de materiais e no auxílio a atividades de campo e de sala de aula propostas, direcionando planejamentos individuais, aplicando exercícios, recolhendo e controlando a entrega de trabalhos/tarefas e acompanhando o desempenho dos alunos, contribuindo, desta forma, para a qualidade do trabalho docente.

O trabalho vivencial ocorrerá na própria comunidade do estudante mediante acompanhamento dos professores dos componentes curriculares e de estudantes de apoio técnico, na proporção de um para cada grupo de oito alunos. A comunicação será feita por telefone, fax, correio eletrônico, redes sociais e via plataforma do Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA da UFRN. Encontros pedagógicos presenciais ocorrerão para superar dúvidas, elaborar sínteses e reiterar ou revisar elementos teórico-práticos das atividades previstas. Ao mesmo tempo, tais encontros pedagógicos permitirão

o compartilhamento e a discussão dos processos de construção do saber em interface com as demandas práticas suscitadas pelos componentes curriculares. Os encontros pedagógicos articularão reflexões iniciadas no *Tempo Escola* e respectiva efetivação durante o *Tempo Comunidade*, demandando, portanto, o exercício sistematizado de acompanhamento acadêmico.

O apoio às atividades acadêmicas e técnicas será fornecido por estudantes de apoio técnico, conforme previsto no plano orçamentário do Curso. Serão 8 estudantes nos polos, conforme configuração do INCRA, e dois na Secretaria em Natal, na sede do Curso, com vinculação direta ao Coordenador Geral e aos dois Coordenadores Pedagógicos, que terão, ambos, carga horária mensal de 40 horas à média de 10 horas/mensais. A disponibilização de espaço físico, móveis e equipamentos para a Secretaria do Curso é de responsabilidade da UFRN.

d) Composição da turma e processo seletivo

A turma, de 60 alunos, estará dividida em cinco Núcleos de Base, de acordo com a proximidade físico-territorial dos estudantes, em sintonia com a distribuição que vem sendo utilizada pelo INCRA. Serão disponibilizadas vagas para todos os territórios do Rio Grande do Norte, e, desta forma, será proporcionada oportunidade aos jovens e adultos de todos os assentamentos do estado. O número de vagas, por território, será objeto de definição posterior a ser informado durante o processo seletivo. Serão observados, ainda, na composição da turma, os critérios das cotas raciais.

O processo seletivo ocorrerá em modo simplificado, mediante critérios a serem definidos e publicados em Edital, pela Comissão Pedagógica do Curso, com participação do INCRA e da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e de Apoio à Reforma Agrária – SEARA/RN. Em momento anterior à divulgação do referido Edital, a Pró-Reitoria de Graduação e os órgãos internos de controle da UFRN avaliarão o conteúdo e farão eventuais ajustes de modo a atender ao marco legal vigente para cursos no formato aqui proposto. Observados os critérios de distribuição por cota, a seleção em modo simplificado contemplará o desempenho escolar do candidato no Ensino Médio, considerado através da média das notas obtidas no Histórico, entrevista e avaliação de currículo vitae, com foco em itens como compromisso e interesse pelos estudos, expectativas com o Curso, participação em projetos sociais, atuação em fóruns, conselhos e comitês e envolvimento em projetos e atividades de extensão e de pesquisa. A entrevista ocorrerá nos polos definidos pelo INCRA, com local e calendário previamente determinados no Edital de seleção.

e) Avaliação do desempenho acadêmico

A avaliação acadêmica dos alunos considerará – para efeito de composição da nota, no valor máximo de 10,0 pontos – o desempenho no cumprimento das atividades avaliativas previstas, em cada componente curricular, no tocante ao *Tempo Escola* e ao *Tempo Comunidade*, na proporção de 70% e 30% respectivamente, e, seguirá Resolução específica da UFRN na apuração da **Média Final (MF)**. Serão realizadas atividades avaliativas referentes a três unidades acadêmicas, sendo, uma relativa ao *Tempo Comunidade* e duas em sala de aula – *Tempo Escola*. Na apuração da MF, será utilizado o procedimento-padrão da Instituição, conforme previsto na **Resolução Nº 227/2009-CONSEPE, de 03 de dezembro de 2009**:

Art. 91. A aprovação em um componente curricular está condicionada ao rendimento escolar do aluno, mensurado através da avaliação da aprendizagem e da assiduidade, e implica a contabilização de sua carga horária e consequente integralização como componente curricular.

Art. 102. Em cada disciplina, o rendimento escolar parcial ou média parcial será calculado conforme fórmula definida no Anexo II do presente regulamento.

O *Anexo II do Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da UFRN*, a que se refere o Art. 102, assim determina a apuração do resultado, para turmas divididas em três unidades:

$$\mathbf{MP} = \frac{(\mathbf{A1} \times 4) + (\mathbf{A2} \times 5) + (\mathbf{A3} \times 6)}{15}$$

15

Nessa fórmula, **MP** é a média parcial; **A1** é o rendimento escolar da primeira unidade; **A2** é o rendimento escolar da segunda unidade e **A3** é o rendimento escolar da terceira unidade. Terá aprovação imediata, o aluno que obtiver **MP** igual ou superior a 7,0 pontos. Os alunos com desempenho na **MP** inferior a 3,0 terão reprovação automática no componente curricular, e, com **MP** entre 3,0 e 6,9, serão submetidos à quarta avaliação, a ser realizada no final de cada semestre. A Média Final (MF), para os alunos que se submeterem à quarta avaliação, será apurada da seguinte forma:

$$\mathbf{MF} = \frac{(\mathbf{MP} + \mathbf{A4})}{2}$$

Nessa fórmula, **MF** é média final, **MP** é média parcial e, **A4**, o rendimento escolar na quarta avaliação. Os alunos com **MP** inferior a 3,0 ou superior a 7,0 terão, em ambas as situações, **MP = MF**. No primeiro caso, pela impossibilidade de realização da 4ª avaliação. No segundo, pela não necessidade de realização da 4ª avaliação.

Os processos avaliativos do aluno, para efeito de composição da MF, contemplarão a realização de pesquisas de campo, pesquisas teórico-bibliográficas, exercícios e estudos dirigidos, apresentação de seminários, participação em sala de aula e atividades na

comunidade, além de prova presencial. As atividades serão realizadas individualmente e em grupo, de acordo com o plano de ensino de cada componente curricular. Seguindo a prática acadêmica da UFRN, o plano de ensino de cada componente será disponibilizado previamente, pelo docente, no momento da implantação da oferta no SIGAA. Tanto o desempenho no *Tempo Comunidade* quanto no *Tempo Escola* será acompanhado pelos bolsistas de apoio e pelo docente do componente curricular.

f) Gestão das atividades acadêmicas

No intuito de viabilizar o planejamento e a execução, com qualidade, do *Tempo Comunidade* e do *Tempo Escola*, todas as atividades didático-pedagógicas, necessárias à realização do componente curricular, comporão o Plano de Ensino que será entregue, pelo docente, em momento anterior à formalização da oferta no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. SIGAA. Na realização das atividades serão utilizados recursos de trabalho em pequenos grupos, plenárias, exposições coletivas, leitura e discussão de textos e outras atividades práticas e, ainda, expedientes estéticos, a exemplo de vídeos, dramatizações, interpretações de letras de música, dentre outros.

Todas as atividades de ensino ocorrerão via SIGAA, plataforma institucional que permite registros acadêmicos, constituição de comunidades virtuais, comunicação por mensagens via Internet, recepção de trabalhos, dentre outras possibilidades. O processo de produção, edição e distribuição de material didático será gerenciado pela Coordenação do Curso – Geral e Pedagógica. O material didático incluirá textos, apostilas, narrativas de casos e experimentos e recursos áudio visuais e eletrônicos e será, na totalidade, disponibilizado sem custos para os alunos.

g) Frequência, reprovação, aproveitamento e reposição de componente curricular

Quanto ao critério de frequência, de acordo com a supracitada **Resolução Nº 227/2009-CONSEPE, de 03 de dezembro de 2009**, Art. 106. “É reprovado na disciplina o aluno que deixar de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas e atividades no período letivo, ressalvados os casos previstos em lei”. Os casos previstos em lei, de que trata o referido Artigo, são aqueles referentes à apresentação de atestado médico e de solicitação de frequência em regime especial.

Serão permitidas, no máximo, três reprovações por aluno/ano, dos 9 componentes previstos para integralização a cada ano de vigência do Curso (1/3 da oferta regular). Os alunos com eventuais pendências, cumprirão o(s) componente(s) curricular(es) pendentes no período de férias, entre janeiro e fevereiro de cada ano. Para tanto, terão reoferta aberta dos componentes necessários e deverão, obrigatoriamente, neles se matricular, sob pena de desligamento compulsório do Curso. Os componentes curriculares

reofertados serão conduzidos pelos próprios docentes, com apoio acadêmico dos estudantes de apoio, em formato similar ao da oferta regular. Os alunos submetidos à quitação de qualquer componente curricular, em virtude de reprovação durante a oferta regular, serão responsáveis pelo custeio das despesas de locomoção, hospedagem e alimentação, pois, não há como dotar orçamento, neste Projeto de Curso, para esta e outras eventualidades.

Os alunos poderão solicitar aproveitamento de estudos, o que deverá ocorrer a partir de requerimento à Coordenação do Curso. Para tanto, o interessado deverá formular processo na Secretaria do Curso, contendo: formulário específico, cópia de histórico escolar, ementa e plano de ensino que comprovem a realização anterior do componente em pauta e/ou competências profissionais anteriormente desenvolvidas. Assim formulado, o processo será despachado para apreciação e emissão de parecer de professor da área, conforme conteúdo do requerimento. Após a formulação de parecer pelo professor, o processo será homologado pelo Colegiado do Curso e destinado às instâncias competentes. A competência para avaliação de aproveitamento de estudos, portanto, é do professor diretamente vinculado ao conteúdo em pauta, ouvido o Colegiado do Curso caso julgue necessário. Em qualquer situação, a homologação ocorrerá em reunião plenária do Colegiado do Curso.

h) Formalização e aprovação interna do Curso

Em atendimento à Resolução Nº 227/2009-CONSEPE, de 03 de dezembro de 2009, a aprovação e concomitante formalização interna do Curso cumprirão os seguintes requisitos obrigatórios:

- em atendimento ao Art. 9º, a proposta recebeu, durante a elaboração, assessoramento didático-pedagógico da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD a quem competiu emissão de parecer quanto à criação;

- em observância ao que reza o Art. 6º, o Curso está vinculado exclusivamente ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas/ Departamento de Administração Pública e Gestão Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas CCSA/DAPGS:

- a criação, conforme prevista no Art. 6º, terá origem em reunião Plenária do Departamento de Administração Pública e Gestão Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e, posteriormente, será submetido à apreciação e aprovação pelo Conselho de Centro – CONSECO do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA;

- após aprovação no âmbito do CCSA, este Projeto seguirá, conforme prevê o Art. 10º, para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) a quem compete decisão final sobre a criação de curso, bem como da modalidade de oferta – neste caso, presencial.

10. QUADRO DOCENTE

10.1. Relação dos Docentes

Nome*	Titulação	Regime de Trabalho	Vínculo
Washington José de Souza	Doutor	DE	UFRN/DAPGS
Maria da Penha Casado Alves	Doutora	DE	UFRN/DELET
Maria Tereza Pires Costa	Mestre	DE	UFRN/DAPGS
Tiago Moreira	Doutor	DE	UFRN/DDP
Denise Cássia da Silva	Mestre	DE	IFRN
Denise Cristina Momo	Mestre	DE	IFRN
Patrícia Whebber Souza de Oliveira	Doutora	DE	UFRN/DEPAD
Gabriel Martins Filho	Mestre	DE	UFRN/DEPAD
João Matos Filho	Doutor	DE	UFRN/DEPEC
Francisco Fransualdo de Azevedo	Doutor	DE	UFRN/DGEO
Thiago Ferreira Dias	Doutor	DE	UFRN/DAPGS
Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira	Mestre	Tempo Parcial	UFERSA
Celso Donizette Locatel	Doutor	DE	UFRN/DGEO
Erivan Ferreira Borges	Doutor	DE	UFRN/DCC
Juarez Azevedo de Paiva	Mestre	Tempo Parcial	Colaborador/DEPAD
Matilde Medeiros de Araújo	Mestre	DE	UFRN/DEPAD
Marcos Adler de Almeida Nascimento	Mestre	DE	UFRN/CERES
Ana Patrícia Leite	Doutora	DE	UFRN/DEPAD
Juarez Azevedo de Paiva	Doutor	Professor Colaborador	UFRN/DEPAD
Abdon Silva Ribeiro da Cunha	Mestre	Professor Colaborador	UFRN/DEPAD
Rogério Pires da Cruz	Doutor	DE	UFRN/DEPEC

* A oferta do Curso exigirá, além da equipe do quadro acima, a inserção de mais três docentes para ministrar componentes curriculares cuja definição não foi viabilizada até o momento da aprovação acadêmica da proposta no Departamento de Administração Pública e Gestão Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Os recursos para tal finalidade estão previstos no orçamento do Curso submetido ao INCRA. Conforme instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância do Ministério da Educação, somente há obrigatoriedade da definição dos professores para o primeiro ano do curso.

10.2. Componente Curricular e Carga Horária

Nome	CH	Componente Curricular
Héricka Wellen	60	Comunicação e Expressão
Maria Tereza Pires Costa	60	Metodologia do trabalho Científico
Erivan Ferreira Borges	60	Matemática Básica
Rogério Pires da Cruz	60	Políticas Agrárias e Agrícolas no Brasil
Washington José de Souza	60	Fundamentos da Gestão Social
Gilmara Borges	60	Marco Legal do Terceiro Setor e do Cooperativismo
Roberto Marinho Alves da Silva	60	Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária
Denise Cristina Momo	60	Contabilidade Básica
Patrícia Whebber Souza de Oliveira e Gabriel Martins	60	Relações Humanas nas Organizações
Hironobu Sano	60	Gestão e Políticas Públicas
Francisco Fransualdo de Azevedo	60	Desenvolvimento Sustentável e Territorial
Henrique André Wellen	60	Movimentos Sociais e Participação
Tiago Moreira	60	Legislação e Gestão Ambiental
Thiago Ferreira Dias	60	Incubação de Empreendimentos Solidários
Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira	60	Empreendedorismo e Comportamento Empreendedor
Celso Donizette Locatel	60	Metodologias Participativas de Planejamento e Gestão
Abdon Silva Ribeiro da Cunha	60	Metodologias de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural
Washington José de Souza e Thiago Ferreira Dias	60	Tecnologias Sociais, Finanças Solidárias e Redes de Cooperação
Erivan Ferreira Borges	60	Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor
Juarez Azevedo de Paiva	60	Funções Administrativas e Decisão
Matilde Medeiros de Araújo	60	Qualidade Organizacional
Marcos Adler de Almeida Nascimento	60	Controles e Finanças em Cooperativas
Maria Valéria Pereira de Araújo	60	Operações e Logística
Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira	60	Administração de Materiais e Patrimônio
Ana Patrícia Leite	60	Ferramentas de Marketing, Marketing Social e Comercialização
Francisco Fransualdo de Azevedo	60	Agricultura Familiar e Acesso à Mercados
Antônio Alves Filho	60	Elaboração e Avaliação de Projetos Econômicos e Sociais

10.3 Perfil do Corpo Docente

Profº Washington José de Souza, Dr. Graduado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará . Realizou Estágio de Doutorando no Institute of Education, University of London, entre 1997 e 1998, com bolsa da CAPES e apoio do Conselho Britânico. Realizou Pós-Doutorado, no campo da Gestão Social, na Birmingham Business School, University of Birmingham, entre 2004 e 2005, em colaboração com o Professor John Child e apoio da CAPES. É Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vinculado ao Departamento de Administração Pública e Gestão Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e ao Programa de Pós-Graduação em Administração. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Economia Solidária; Trabalho Voluntário; Qualidade de Vida; Responsabilidade Social; Avaliação de Projetos Sociais. É Bolsista de Produtividade DT/CNPq e Coordenador da incubadora Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Sociais e Solidárias (OASIS). Integra o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária (Rio Grande do Norte) como representante do segmento Instituições de Ensino Superior (IES).

Profª Maria da Penha Casado Alves, Dr. Possui mestrado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1996) e doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem na área de Linguística Aplicada. Tem experiência na área de Linguística Aplicada, com ênfase em estudos da linguagem a partir das reflexões de Bakhtin e o círculo, atuando, principalmente, nos seguintes temas: gêneros do discurso, estilo, ensino de Língua Portuguesa, avaliação do livro didático, leitura e escrita na esfera escolar.

Profª Maria Tereza Pires Costa, Dr. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1993.2) e Mestrado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (2001), com área de concentração em Recursos Humanos e Organizações. É Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN. É docente efetiva do Departamento de Administração Pública e Gestão Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. É docente dos cursos de Administração e Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte - UNI-RN. Coordena o MBA em Gestão Hospitalar e de Saúde do Centro Universitário do Rio Grande do Norte - UNI-RN. É docente em cursos de pós-graduação do Centro Universitário do Rio Grande do Norte - UNI-RN. É consultora empresarial. Participa do Grupo de Estudos de Saúde Mental e Trabalho (GEST) da UFRN. Foi Membro da comissão responsável pela criação do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte - UNI-RN e coordenou o estágio curricular dos cursos de Administração e Administração com Habilitação em Marketing até o ano de 2005. Membro do Conselho Editorial da Carpe Diem - Revista Cultural e Científica da FACEX - e do corpo de avaliadores ad hoc da Editora Universitária da UFRN. membro do Comitê Ad Hoc da Pró-Reitoria de Extensão da UFRN.

Profª Denise Cássia da Silva, Msc. Possui graduação em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa (2005) e mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2007). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência, e Tecnologia do Rio Grande do Norte- IFRN . Lecionou no IFRN/João Câmara no Curso Técnico em Cooperativismo ministrando as disciplinas Filosofia do Cooperativismo I, Filosofia do Cooperativismo II e Projeto de Empresas Cooperativistas I. Atualmente ministra as disciplinas Princípios de Gestão e Gestão de Negócios no Curso Tecnólogo em Gestão Desportiva e do Lazer no IFRN/Cidade Alta, e se integra as disciplinas referentes as áreas Fundamentos de Administração, Marketing e Gestão de Negócios para os cursos de Produção Artística e Cultural e para o curso Técnico em Turismo.

Profª Denise Cristina Momo, Msc. Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (1999) e graduação em Administração pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (1996), e Especialização em Cooperativismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2001). Tem experiência na área de Administração e Contabilidade, com ênfase em Cooperativas e Terceiro Setor. Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Administração da UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte na área de Pesquisa Política e Gestão Pública. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Profª Patrícia Whebber Souza de Oliveira, Drª. Graduação em Psicologia pela UFRN (1988) e em Administração pela UnP (2010), Mestrado em Administração pela UFRN (1997) e Doutorado em Educação UFRN (2003). Professora do Mestrado Profissional em Administração - Universidade Potiguar -UnP; Professora de Administração da UFRN; Experiência na área de Administração de Recursos Humanos, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão por competências, competências gerenciais, gestão estratégica de pessoas, intenção de rotatividade, remuneração estratégica, gestão de benefícios. Na pesquisa, destaca-se o interesse pela abordagem qualitativa e pela construção de casos para ensino em administração.

Profº João Matos Filho, Dr. Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará (1970) , especialização em VI Curso de Capacitação Em Planejamento Agrícola pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (1974) , especialização em Desenvolvimento Rural pelo Instituto de Estudos Sociais (1977) , especialização em Segundo Curso Internacional Sobre Problemática Del pelo Centro de Estudos Em Desenvolvimento Humano e Social (1985) , especialização em Formação e Análise de Políticas Agrícolas pela Universidade Estadual de Campinas (1996) , mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1991) , doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2002) e aperfeiçoamento em Pré Serviço Em Extensão Rural pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (1972) . Atualmente é Professor de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Regional e Urbana. Atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas, Gestão Pública, Programas de Desenvolvimento Rural.

Profº Francisco Fransualdo de Azevedo, Dr. Bacharel em Ciências Econômicas, com estudos realizados na Universidade Católica de Santos - São Paulo (3 primeiros anos do curso) e Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2 últimos anos do curso); Licenciado em Geografia pela Faculdade Católica de Uberlândia - Minas Gerais; Mestre

em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe; Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - Minas Gerais, com Estágio Doutoral na Universidade de Barcelona - Espanha. Atualmente é professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde coordena o curso de Graduação (Licenciatura e Bacharelado). Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Turismo (UFRN). Tem experiência docente nas áreas de Economia, Geografia e Turismo. Pesquisador do CNPq. Desenvolve pesquisas sobre: Circuitos espaciais de produção, reestruturação produtiva, circuitos da economia urbana, turismo e produção do espaço, turismo, participação e capital social. Coordena projetos de Pesquisa e Extensão no Brasil e na África (Uganda e Moçambique).

Profº Thiago Ferreira Dias, Dr. Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (2005), mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2007) e Doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011). É professor DO Departamento de Administração Pública e Gestão Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenador da Incubadora de Iniciativas Sociais e Solidárias do Oeste Potiguar (INCUBAOESTE). Pesquisador colaborador do Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco (NECSO/UFPE) e da Incubadora OASIS/UFRN. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Política Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, participação, desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar, gestão social e economia solidária.

Profº Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira, Msc. Possui graduação em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2010) e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012). Atualmente é professor assistente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Departamento de Ciências Administrativas) e professor assistente do Centro Universitário FACEX. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração de Empresas, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão de negócios, gestão ambiental, educação a distância, estratégia competitiva e educação.

Profº Celso Donizete Locatel, Dr. Possui graduação em Geografia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jales (1991), graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jales (1993), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Professor do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da UFS. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento rural, modernização da agricultura, políticas públicas, sujeição da renda da terra e agricultura familiar.

Profº Erivan Ferreira Borges, Dr. Doutor em Ciências Contábeis (2012). Mestre em Administração (2005), Especialização em Contabilidade Gerencial (2001) e Graduação em Ciência Contábeis (1999) todos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é professor efetivo do Depto de Ciências Contábeis da UFRN. Tem experiência na área de Auditoria e Perícia Contábil, atuando como consultor, auditor e perito, nas esferas pública, privada e no 3o. Setor. Cursa Doutorado no Programa UnB/UFPB/UFRN.

Profº Juarez Azevedo de Paiva, Dr. Possui graduação em Administração pela Universidade Potiguar (2000), Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte PPGA/UFRN, área de concentração; Políticas Públicas, consultor técnico da Unitrabalho, atuando como formador na área de gestão para empreendimentos econômicos solidários em 2006, trabalhou no setor de Economia Solidária da SEMTAS (Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social) em regime comissionado desempenhando as atividades de consultor técnico e formador de grupos vinculados ao setor de Economia Solidária da Prefeitura Municipal do Natal, lecionou a disciplina planejamento estratégico para micro-empresas no CENEP-Centro de Educação Profissional Jessé Pinto Freire. Atualmente é pesquisador convidado dos seguintes projetos: Diagnóstico Sócio-Econômico e Incubação de Empreendimentos Solidários: Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Cajucultura no Rio Grande do Norte, no mapeamento da Economia Solidária no Estado do Rio Grande do Norte e gestor da célula de acompanhamento do projeto gestão de territórios da cidadania. Tem experiência na área de políticas públicas, desenvolvimento sustentável, economia solidária e gestão social. Atualmente leciona a disciplina elaboração de projetos sociais no curso de Especialização em Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial. Atualmente estar como Professor Colaborador do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Profª Matilde Medeiros de Araújo, Msc. Possui graduação em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1975) e mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1982). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordena o Curso de Administração a Distância da UFRN. Tem experiência na área de Administração, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão da qualidade, educação a distância e gestão de pessoas.

Profº Carlos David Cequeira Feitor, Msc. Possui graduação em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2003) e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2008). Atualmente é professor da Universidade Federal do RN e da Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração da Produção, Mercadologia e Planejamento Estratégico.

Profº Wagner de Souza Leite Molina, Dr. Possui graduação em Bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista (1996), mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (2003), e doutorado em Ciências Sociais (2009), também pela Universidade Estadual de Campinas. Atua principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, mudanças climáticas e desenvolvimento territorial sustentável; Estado, globalização e novas estratégias de desenvolvimento; competitividade nacional, relações de trabalho e proteção social.

Profº Rogério Pires da Cruz, Msc. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie (1974) e mestrado em Economia pela Universidade Federal do Ceará (1981). Atualmente é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Metodologia da Ciência e da Pesquisa Econômicas, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento local, mercado de terras agrícolas, pobreza rural, economistas e assentamentos de reforma agrária.

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR – Quadro Curricular

SEMESTRE I Núcleo Básico	SEMESTRE II Introdução à Gestão de Cooperativas	SEMESTRE III Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável	SEMESTRE IV Empreendedorismo e Tecnologias Sociais	SEMESTRE V Processo Decisório, Qualidade e Controles	SEMESTRE VI Gestão de Projetos e Ferramentas de Produção e Comercialização
Comunicação e Expressão (60h)*	Fundamentos da Gestão Social (60h)*	Gestão e Políticas Públicas (60h)*	Empreendedorismo e Comportamento Empreendedor (60h)*	Funções Administrativas e Decisão (60h)*	Administração de Materiais e Patrimônio (60h)*
Metodologia do trabalho Científico (60h)*	Marco Legal do Terceiro Setor e do Cooperativismo (60h)*	Desenvolvimento Sustentável e Territorial (60h)*	Metodologias Participativas de Planejamento e Gestão (60h)*	Qualidade Organizacional (60h)*	Ferramentas de Marketing, Marketing Social e Comercialização (60h)*
Matemática Básica (60h)*	Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária (60h)*	Movimentos Sociais e Participação (60h)*	Metodologias de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (60h)*	Controles e Finanças em Cooperativas (60h)*	Tecnologias Sociais, Finanças Solidárias e Redes de Cooperação (60h)*
Políticas Agrárias e Agrícolas no Brasil (60h)*	Contabilidade Básica (60h)*	Legislação e Gestão Ambiental (60h)*	Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor (60h)*	Operações e Logística (60h)*	Elaboração e Avaliação de Projetos Econômicos e Sociais (60h)*
-	Relações Humanas nas Organizações (60h)*	Incubação de Empreendimentos Solidários (60h)*	-	-	Agricultura Familiar e Acesso à Mercados (60h)*
C.H. presencial: 180h	C.H. presencial: 225h	C.H. presencial: 225h	C.H. presencial: 180h	C. H. presencial: 180h	C.H. presencial: 225h
C. H. vivência: 60h	C.H. vivência: 75h	C. H. vivência: 75h	C. H. vivência: 60h	C.H prática: 60h	C. H. vivência: 75h
C.H. TOTAL: 240h	C.H. TOTAL: 300h	C.H. TOTAL: 300h	C.H. TOTAL: 240h	C.H. TOTAL: 240h	C.H. TOTAL: 240h

*25% da carga horária é destinada a projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos na comunidade, totalizando 360 horas em vivência/*Tempo Comunidade*; 75% da carga horária é destinada ao *Tempo Escola* e ocorrerá em sala de aula, na modalidade presencial.

Carga horária em Tempo Escola	1215
Carga horária em Tempo Comunidade	405
Carga horária TCC	180
Carga horária complementar	100

1900

12. DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Período	Código	Componente Curricular	CR	CH	CH Presencial	CH Vivencial	CH Prática	CH Complementar
2016.1	COP0001	Comunicação e Expressão	4	60	45	15	-	-
	COP0002	Metodologia do Trabalho Científico	4	60	45	15	-	-
	COP0003	Matemática Básica	4	60	45	15	-	-
	COP0004	Políticas Agrícolas e Agrárias no Brasil	4	60	45	15	-	-
2016.2	COP0005	Fundamentos da Gestão Social	4	60	45	15	-	-
	COP0006	Marco Legal do Terceiro Setor e do Cooperativismo	4	60	45	15	-	-
	COP0007	Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária	4	60	45	15	-	-
	COP0008	Contabilidade Básica	4	60	45	15	-	-
	COP0009	Relações Humanas nas Organizações	4	60	45	15	-	-
2017.1	COP0010	Gestão e Políticas Públicas	4	60	45	15	-	-
	COP0011	Desenvolvimento Sustentável e Territorial	4	60	45	15	-	-
	COP0012	Movimentos Sociais e Participação	4	60	45	15	-	-
	COP0013	Legislação e Gestão Ambiental	4	60	45	15	-	-
	COP0014	Incubação de Empreendimentos Solidários	4	60	45	15	-	-
2017.2	COP0015	Empreendedorismo e Comportamento Empreendedor	4	60	45	15	-	-
	COP0016	Metodologias Participativas de Planejamento e Gestão	4	60	45	15	-	-
	COP0017	Metodologias de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	4	60	45	15	-	-
	COP0018	Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor	4	60	45	15	-	-
	COP0019	Funções Administrativas e Decisão	4	60	45	15	-	-
2018.1	COP0020	Qualidade Organizacional	4	60	45	15	-	-
	COP0022	Operação e Logística	4	60	45	15	-	-
	COP0023	Administração de Materiais e Patrimônio	4	60	45	15	-	-
	COP0024	Ferramentas do Marketing, Marketing Social e Comercialização	4	60	45	15	-	-
	COP 0025	Elaboração e Avaliação de Projetos Econômicos e Sociais	4	60	45	15	-	-
2018.2	COPO027	Tecnologias Sociais, Finanças Solidárias e Redes de Cooperação	4	60	45	15	-	-
	COP0034	Controle e Finanças em Cooperativas	4	60	45	15	-	-
	COP0021	Agricultura Familiar e Acesso à Mercados	4	60	45	15	-	-
	COP0026	Trabalho de Conclusão de Curso	-	-	-	-	180	-
-	-	Atividades Complementares	-	-	-	-	-	100
Total			108	1620	1215	405	180	100

13. ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Integralização por Semestre

1º SEMESTRE – 2020.1				
Código	Componentes Curriculares	CR	CH	Pré-Requisito
COP0001	Comunicação e Expressão	4	60	-
COP0002	Metodologia do Trabalho Científico	4	60	-
COP0003	Matemática Básica	4	60	-
COP0004	Políticas Agrícolas e Agrárias no Brasil	4	60	-
TOTAL		16	240	-

2º SEMESTRE – 2020.2				
Código	Componentes Curriculares	CR	CH	Pré-Requisito
COP0005	Fundamentos da Gestão Social	4	60	-
COP0006	Marco Legal do Terceiro Setor e do Cooperativismo	4	60	-
COP0007	Associativismo Cooperativismo e Economia Solidária	4	60	-
COP0008	Contabilidade Básica	4	60	-
COP0009	Relações Humanas nas Organizações	4	60	-
TOTAL		20	300	-

3º SEMESTRE – 2021.1				
Código	Componentes Curriculares	CR	CH	Pré-Requisito
COP0010	Gestão e Políticas Públicas	4	60	-
COP0011	Desenvolvimento Sustentável e Territorial	4	60	-
COP0012	Movimentos Sociais e Participação	4	60	-
COP0013	Legislação e Gestão Ambiental	4	60	-
COP0014	Incubação de Empreendimentos Solidários	4	60	-
TOTAL		20	300	-

4º SEMESTRE – 2021.2				
Código	Componentes Curriculares	CR	CH	Pré-Requisito
COP0015	Empreendedorismo e Comportamento Empreendedor	4	60	-
COP0016	Metodologias Participativas de Planejamento e Gestão	4	60	-
COP0017	Metodologias de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	4	60	-
COP0018	Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor	4	60	-
COP0019	Funções Administrativas e Decisão	4	60	-
TOTAL		20	300	-

5º SEMESTRE – 2022.1				
Código	Componentes Curriculares	CR	CH	Pré-Requisito
COP0020	Qualidade Organizacional	4	60	-
COP0022	Operação e Logística	4	60	-
COP0023	Administração de Materiais e Patrimônio	4	60	-
COP0034	Controle e Finanças em Cooperativas	4	60	-
TOTAL		16	240	-

6º SEMESTRE – 2022.2				
Código	Componentes Curriculares	CR	CH	Pré-Requisito
COP0024	Ferramentas do Marketing, Marketing Social e Comercialização	4	60	-
COP0025	Elaboração e Avaliação de Projetos Econômicos e Sociais	4	60	-
COP0027	Tecnologias Sociais, Finanças Solidárias e Redes de Cooperação	4	60	-
COP0021	Agricultura Familiar e Acesso à Mercados	4	60	-
COP0026	Trabalho de Conclusão de Curso	-	180	-
TOTAL		20	420	-

14. EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES

14. 1. Componentes Curriculares Obrigatórios

Nome e código do componente curricular: CCSA – Comunicação e Expressão COP0001		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2013.1			
Modalidade	Função:	Natureza:	
COMPONENTE CURRICULAR	BÁSICA	OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
<p>Ementa:</p> <p>Comunicação humana: conceito, processo, aspectos sociais, psicológicos e antropológicos. Elementos básicos, identificação, propriedades, funções. Comunicação interpessoal: objetivo, dinâmica, fatores influentes. Semiologia. Processos simbólicos, mecanismos e usos. Teoria dos sistemas: conceito e evolução. Estudo da linguagem como meio de expressão e interação social. Análise de aspectos lingüísticos a partir de leitura e produção de textos. Leitura crítica e analítica de textos de gêneros variados. Apresentação de textos orais. Produção de textos.</p>			
Bibliografia			
<p>Básica</p> <p>BERLO, B. K. O Processo da Comunicação: Introdução à teoria e à prática. São Paulo: Martins Fontes, 1999.</p> <p>CASTELLIANO, T. A comunicação e suas diversas formas de expressão. Rio de Janeiro: Record, 2000.</p> <p>CUNHA, Celso; CINTRA, L.F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985</p> <p>DOWBOR, L. et all. Desafios da comunicação. São Paulo: Vozes, 2000.</p> <p>KURY, A. G. Para falar e escrever melhor o português. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.</p> <p>Complementar</p> <p>MARTINS, Maria Helena. Que é leitura. São Paulo: Ática, 2004.</p> <p>RIVERO, Sérgio; ARAGÃO, Érika (Org.). Lutar com palavras: leitura, escrita e gêneros textuais. Salvador: Associação Baiana de Educação e Cultura, 2006.</p> <p>TERRA, E. Curso Prático de Gramática. São Paulo: Scipione, 1996.</p> <p>VANOYE, Francis. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. Trad. Clarisse Madureira Sabóia et al. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Metodologia do Trabalho Científico COP0002		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2013.1			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
<p>Ementa:</p> <p>O conhecimento científico: Teoria do conhecimento. Epistemologia da Ciência. Teoria e métodos das Ciências Sociais. Os métodos científicos utilizados pelas ciências sociais: indução, dedução, hipotético-dedutivo, fenomenologia e dialética. Etapas da pesquisa: delimitação do problema, evolução do projeto e desenvolvimento da pesquisa. A linguagem científica, sua estrutura e sua lógica. Tipos de Pesquisa. O papel da teoria. Diretrizes metodológicas para o trabalho científico na área de gestão social. Trabalhos Acadêmicos: tipos, características e composição estrutural. Normas da ABNT.</p>			
Bibliografia			
<p>Básica</p> <p>ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Edições Loyola, 2000.</p> <p>ANDRADE, Maria Margarida de. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1993.</p> <p>BUTTNER, Anne. O espaço social numa perspectiva interdisciplinar. In: SANTOS, M. e CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1994</p> <p>DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1981.</p> <p>FEIJÓ, Ricardo. Metodologia e Filosofia da Ciência. Aplicação na teoria social e estudo de caso. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>HARNECKER, Marta. Os conceitos elementares do materialismo histórico. 2.ed. São Paulo, Global Editora. 1971. (Coleção bases 36).</p> <p>KONDER, Leandro. O que é dialética. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1896,</p> <p>LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica: ciência e conhecimento; métodos científicos; teorias, hipóteses e variáveis. São Paulo: 1983.</p> <p>Complementar</p> <p>LAVILLE, Christian, DIONNE, Jean. A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução por Heloísa Monteiro et al.. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS; Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>MENDONÇA, Francisco; KOSEL, Salete. (Orgs.) Elementos de Epistemologia Contemporânea. Curitiba, Editora da UFPR. 2002.</p> <p>MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita. Repensar a reforma, repensar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.</p> <p>MORIN, Edgar. O conhecimento do conhecimento científico. In: MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998</p> <p>ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica. Guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1992.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>SOUZA, M. A. de (Orgs.). O espaço interdisciplinar. São Paulo: Nobel, 1986.</p> <p>VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2003.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Matemática Básica COP0003		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2013.1			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Noções básicas de conteúdos matemáticos de 5ª à 8ª séries. Noções sobre conjuntos. Conjuntos numéricos. Plano cartesiano. Relação. Função. Função afim ou do 1º grau. Função quadrática ou do 2º grau.			
Bibliografia			
<p>Básica</p> <p>BOULOS, Paulo. Cálculo diferencial e integral. São Paulo: Makron Books, 1999.</p> <p>DANTE, L. R., Matemática: Contexto e Aplicações, vol. 1, Ed. Ática, São Paulo: 2003.</p> <p>GIOVANNI, José Ruy et al. Matemática Fundamental. São Paulo: FTD, 2002.</p> <p>Complementar</p> <p>DOLCE, Osvaldo. Fundamentos de Matemática Elementar. São Paulo: Atual, 1999.</p> <p>GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo. Rio de Janeiro: LTC, 1995.</p> <p>IEZZI, Gelson et al. Matemática. Volumes 5 à 8. São Paulo: Atual, 1992.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Políticas Agrárias e Agrícolas no Brasil COP0004	Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2013.1		
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA
Pré-requisito:	Módulo de alunos: 60	
<p>Ementa:</p> <p>O rural e o urbano. O dilema do capitalismo no Brasil; Colonização e regime escravocrata; Relações étnico-raciais; História e cultura indígena; Cultura afro-brasileira; A legislação e a posse da terra no Brasil: a lei de terras e a proletarianização dos trabalhadores do campo. O avanço das fronteiras brasileiras e a modernização da agricultura: frente de expansão e frente pioneira. A intervenção do Estado e a organização dos trabalhadores do campo. O projeto de Reforma Agrária e as políticas de assentamentos. Políticas agrícolas e agrárias no Brasil.</p>		
<p>Bibliografia</p> <p>Básica</p> <p>BUAINAIN, A.M. (1999) Trajetória recente da política agrícola brasileira. Tese de doutoramento, Campinas : IE/UNICAMP.</p> <p>LUCENA, Romina Batista de (2000). O Papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, 1980/1998. Porto Alegre:CPGE/UFRGS,2000. Dissert. (Mest.Econ.) UFRGS.14</p> <p>MELO, Fernando B. H. O Plano real e a agricultura brasileira: perspectivas – Revista de Economia Política, vol 19, n. 4 (76), out./dez., 1999.</p> <p>_____. Agricultura nos anos 80: perspectiva e conflitos entre objetivos de política. Estudos Econômicos, v. 10, n. 2, p. 57-101, maio/ago. 1980.</p> <p>_____. O crescimento agrícola brasileiro dos anos 80 e as perspectivas para os anos 90. Revista de Economia Política, v. 10, n. 3 (39), set. 1990.</p> <p>_____. Políticas de desenvolvimento agrícola no Brasil. In: SAYAD, João (Org.). Resenhas de economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 1979.</p> <p>MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.</p> <p>MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise no Brasil agrário. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989</p> <p>Complementar</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.</p> <p>FRANCO. M.S. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Ática, 1976.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1997.</p> <p>LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991.</p> <p>MAGNANI, José Guilherme C. & TORRES, Lílian de Lucca (orgs.). Na metrópole. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 1996.</p> <p>MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.</p> <p>MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. ESTERCI, Neide (Orgs.). Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.</p> <p>SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo (Orgs.) Vida rural e mudança social. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.</p>		

Nome e código do componente curricular: CCSA – Fundamentos da Gestão Social COP0005		Centro: CCSA	Carga horária: 60 (45H PRESENCIAL +15H VIVENCIA)
Período: 2013.2			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Conceitos básicos da Gestão Social; Origem das Organizações Modernas: contexto e consequências da Revolução Industrial; Socialismo Utópico x Socialismo Científico; Reforma do Estado e Terceiro Setor; Economia Substantiva; Apreciação Crítica ao Terceiro Setor: competição capitalista X cooperação.			
Bibliografia			
<p>Básica</p> <p>KONDER, L. Fourier: o socialismo do prazer. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998.</p> <p>MONTANO, C. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>POLANYI, K. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.</p> <p>RAMOS, A. G. A nova ciência das organizações. Rio de Janeiro: FGV, 1981.</p> <p>TEIXEIRA, A. Utópicos, Heréticos e Malditos. São Paulo: Record, 2002.</p> <p>Complementar</p> <p>TOCQUEVILLE, Aléxis. A Democracia na América. São Paulo: Martins Fontes, 1998.</p> <p>SOUZA, W. J. O mundo que nós perdemos: da solidariedade... ANAIS, ENAPAD, 2008.</p> <p>SOUZA, W. J. Fundamentos da Gestão Social. Organizações & Sociedade. Salvador: UFBA, v. 13, p. 59-76, 2006.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Marco Legal do Terceiro Setor e do Cooperativismo COP0006		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2013.2			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
<p>Ementa: O terceiro setor na atualidade. Aparato legal. O terceiro setor e as políticas públicas sociais setoriais. A interface Estado, Mercado e Terceiro Setor no contexto das políticas sociais para o enfrentamento e reconhecimento da questão social: possibilidades e limites. Conceito de Cooperativismo e Cooperativa. A história, a origem, a identidade, a doutrina cooperativista, simbologia internacional, direitos e deveres do cooperado, a organização do sistema, as particularidades da empresa cooperativa e a sua tributação, o funcionamento e o desenvolvimento da cooperativa, a lei que rege o sistema cooperativista.</p>			
Bibliografia			
<p>Básica ARNS, Flávio (Gabinete do Deputado ...). Manual para organização e funcionamento de entidades filantrópicas. Brasília, Câmara dos Deputados, 1993. CUSTÓDIO, Helita Barreira. Associações e fundações de utilidade pública: seus requisitos para o efeito da imunidade de impostos. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1979. FERNANDES, Rubem César. O que é o terceiro setor? Revista do Legislativo nº 19 – abril/junho de 1997. GARRIDO, Paulo Modesto. Reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil. Revista de Direito Administrativo, 214: 55-68, out.dez. 1998. LEI DAS COOPERATIVAS: Disponível em: www.portaltributario.com.br/legislacao/lei5764.htm. Complementar GASPARINI, Diógenes. Associação de utilidade pública: declaração. Cadernos de Direito Municipal, nº 77, janeiro-março de 1986 - Ano XIX. MELO NETO, Francisco Paulo de & FROES, César. Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1999. RODRIGUES, Maria Cecília Prates. Terceiro setor: para que serve? Conjuntura Econômica. Janeiro de 1997. TÁCITO, Caio. A reforma do Estado e a modernidade administrativa. Revista de Direito Administrativo, 215: 1-7, jan./mar. 1999.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária COP0007		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2013.2			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
<p>Ementa: Economia social como alternativa de organização – face humana da economia, com primazia do trabalho sobre o capital: a relação trabalho/capital nas cooperativa e associações; análise dos princípios solidários e autogestionários; modelos de organizações solidárias; modelos de gestão democrática e participativa. Doutrina cooperativista. Princípios do ato cooperativo.</p>			
Bibliografia			
<p>Básica ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997. ANDION, C. As particularidades da gestão em organizações da economia solidária. XXV Encontro da Associação Nacional do Programas de Pós-Graduação em Administração. Campinas/SP: ANPAD, 2001. BOOK, Sven Ake. Valores cooperativos num mundo em mudanças. Lisboa: INSCOOP, 1993. 258 p. CATTANI, A. D. A outra economia. Porto alegre: Veraz, 2003. COLOMBAIN, M. Princípios fundamentais do cooperativismo. Viseu, cooperativa grau, 1972, 191 p. BARBOSA, R. N. C. O cooperativismo, ocupação e renda em Portugal. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 80. São Paulo, Cortez, Nov. 2004^a. Complementar GAIGER, L. I. et al. A economia solidária no RGS: Carta Capital, 23 jun. 2004, p. 38. SINGER, P. Introdução a economia solidária. São Paulo: fundação Perseu Abramo, 2002. _____; SOUZA, A. R. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003. SOUZA, W. J. de; DIAS, M. O. Fundamentos da Gestão Social: Leitura e Crítica. Brasília, XXIX ENANPAD, anais, 2005.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Contabilidade Básica COP0008		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2013.2			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Contabilidade do Terceiro Setor: aspectos conceituais, estrutura e classificação do terceiro setor, aspectos formais de constituição e funcionamento de organização do terceiro setor.			
Bibliografia			
<p>Básica</p> <p>ARAÚJO, Osório Cavalcante. Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>FERNANDES, Luciane Alves; SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. Introdução à Contabilidade Internacional: Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício. Mutações do Patrimônio Líquido. Doar e Fluxo de Caixa. São Paulo: Atlas 2006.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio (Coord.) et al. Contabilidade Introdutória. 10. ed. Equipe de Professores da FEA/USP. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica Fácil. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2005</p> <p>Complementar</p> <p>OLAK, Paulo Arnaldo.; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. Contabilidade para Entidades sem fins lucrativos (terceiro setor). 2º Ed. São Paulo: Atlas, 2008</p> <p>LOPES, Jorge.; et al. Educação Contábil: Tópicos em Ensino e Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>NIYAMA, Jorge Katsumi. Contabilidade Internacional. São Paulo: Atlas 2005.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Relações Humanas nas Organizações COP0009		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2013.2			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Percepção, motivação e relações humanas. Comunicação e relações interpessoais. Processos de grupo: cooperação, competição, coesão e conformismo. Conceituação e caracterização de papéis sociais e processos grupais nas organizações. Estilos gerenciais. Chefia, liderança e conflito. clima, cultura, aprendizagem organizacional.			
Bibliografia			
<p>Básica</p> <p>FERNANDES, A. M. O.; OLIVEIRA, C. F.; SILVA, M. O. Psicologia e Relações Humanas no Trabalho. Vol.1. São Paulo: AB Editora, 2002.</p> <p>FERNANDES, A. M. O.; OLIVEIRA, C. F.; SILVA, M. O. Psicologia e Relações Humanas no Trabalho. Vol. 2. São Paulo: AB Editora, 2003.</p> <p>LAPASSADE, G. Grupos, organizações e instituições. São Paulo: Francisco Alves, 1977.</p> <p>Complementar</p> <p>FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T.; BOCK, A. M. B. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999.</p> <p>MINICUCCI, A. Relações Humanas: Psicologia das Relações Humanas. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>RODRIGUES, H. B.C.; LEITÃO, M. B. Grupos e Instituições em Análise. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, 1992.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Gestão e Políticas Públicas COP0010		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2014.1			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Discutir as novas tendências e paradigmas da gestão pública contemporânea, enfatizando as suas especificidades e analisando, particularmente, alguns temas da agenda da gestão pública democrática tais como: a idéia de governança, eficiência, transparência, accountability, parcerias com o setor privado, especialmente o 3º setor, participação e descentralização.			
Bibliografia			
<p>Básica</p> <p>ABRUCIO, F. O impacto do modelo gerencial na administração pública. Cadernos ENAP, nº 10, Brasília, 1997.</p> <p>HOOD, Christopher. Racionalismo econômico en la gestión pública: de La administración pública progresiva a La nueva gestión pública? In: Brugué, Quim y Subirats, Joan, Lectures de gestión pública, Madrid, ministério de administración públicas, 1996.</p> <p>OSBONE, Davis.; GAEBLER, Ted. Reinventando o governo, Brasília, ENAP, 1992.</p> <p>Complementar</p> <p>LONGO, Francisco. La reforma Del serviço civil em lãs democracias avanzadas: Mérito com flexibilidad, Washington, Banco Interamericano de desarrollo, 2001.</p> <p>SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.</p> <p>_____. Economia espacial. 2º ed. São Paulo: EDUSP, 2003.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Desenvolvimento Sustentável e Territorial COP0011		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2014.1			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
<p>Ementa: Território: conceitos e teorias de espaço, poder e território; análise, gestão e planejamento. Escalas territoriais: local, regional e global. Estratégia: conceitos e teorias, potencialidades e limitações. Perspectiva estratégica do desenvolvimento e da qualificação territorial. Estratégias processuais. Análise de ambiente e construção de diagnósticos estratégicos. Gestão estratégica e metodologias de planejamento com ênfase em processos participativos.</p>			
Bibliografia			
<p>Básica FISCHER, Tânia (Org.) Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. MAC-ALLISTER, Mônica (Org.). Emergência do espaço organizacional para a gestão social. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local: Gestão XXI, gestão social e gestão do desenvolvimento, 9, Salvador. Anais . Salvador: UFBA/EA/NPGA/NEPOL/PDGS, 2003. SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 200 Complementar SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. _____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000 PESSOA, V.L.S. Desenvolvimento rural sustentável: desafios na questão ecológica, econômica e social na grande empresa rural no Brasil. In: CASTRO, I.E.de; MIRANDA, M.; EGLER, C.A.G. [Org.]. Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 241-250.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Movimentos Sociais e Participação COP0012		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2014.1			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Reconhecimento histórico dos movimentos sociais e da participação popular como elementos fundamentais na conquista, consolidação e ampliação dos direitos. Avanços dos movimentos sociais.			
Bibliografia			
<p>Básica</p> <p>DEMO, Pedro. Participação é conquista. São Paulo: Cortez, 1993.</p> <p>DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.</p> <p>SCHERER-WARREN, I.; LUCHMANN, L. H. H. Movimentos Sociais e Participação: abordagens e experiências do Brasil e América Latina. Florianópolis: UFSC, 2010.</p> <p>Complementar</p> <p>MACHADO, J. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. <i>Sociologias</i>, no.18, Porto Alegre, July/Dec. 2007</p> <p>SCHERER-WARREN, I. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais, <i>Sociedade e Estado</i>, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006/2007. NPMS - www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf</p> <p>SILVEIRA, Maria da Lúcia da. Discurso participativo: fragilidade e ambivalência. São Paulo: Tese de Mestrado, PUC, 1991.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Legislação e Gestão Ambiental COP0013		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2014.1			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
<p>Ementa:</p> <p>Histórico da legislação ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente. Dos bens Ambientais. Conceito de sustentabilidade ambiental: a inter-relação entre o econômico, o social e o ambiental. Conflitos ambientais envolvidos na gestão de recursos sólidos e recursos hídricos. Meio ambiente e poluição. A participação da sociedade na questão da proteção ambiental. A educação para proteção do meio ambiente. Instrumentos de gestão ambiental.</p>			
<p>Bibliografia</p> <p>Básica</p> <p>ALMEIDA, L. T. Política ambiental: uma análise econômica. São Paulo: Papirus, 1998.</p> <p>BURSZTYN, M.A. A. Gestão Ambiental: Instrumentos e Práticas. FUNCEP. Brasília, 1991.</p> <p>CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Meio Ambiente. Brasília-DF. 1988.</p> <p>DOU. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Legislação Ambiental. Lei Federal 9.605. Março, 1998. Brasília-DF.</p> <p>MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Editora Malheiros, 1996.</p> <p>RAMBELLI, A. M.; VANDERLEI, J. V. Legislação Federal Sobre o Meio Ambiente. Editora Vana. São Paulo-SP. 1996. 1147 p.</p> <p>SILVA, J. A. Direito Ambiental Constitucional, 2ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.</p> <p>Complementar</p> <p>ABNT. ABNT NBR ISO 14001 Sistemas de Gestão Ambiental – Requisitos com orientação para uso. 2004.</p> <p>ABNT. ABNT NBR ISO 19011 Diretrizes para auditorias de sistema de Gestão da qualidade e/ou ambiental. 2002.</p> <p>MOTA, S. Introdução à Engenharia Ambiental. ABES. 1997.</p> <p>REIS, M. J. L. ISO 14000 Gerenciamento Ambiental. São Paulo: Qualitymark Editora, 1997.</p> <p>TIBOR, T.; FELDMAN, I. ISO 14000: A guide to the new environmental management standards. New York: Mirror Higher Education Group, 1996.</p> <p>VALE, C. E. Qualidade Ambiental. São Paulo: Pioneira Editora. 1995.</p> <p>VIEIRA, P. F., WEBER, J. (orgs.). Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Incubação de Empreendimentos Solidários COP0014		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2014.2			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Projetos de Incubação no Brasil: origem, conceitos, metodologias, possibilidades e limites. Incubadoras Universitárias. Modelos de Gestão e Incubação. Financiamento. Sistematização do Conhecimento e indicadores de desempenho. Sustentabilidade e desafios na gestão de incubadoras.			
Bibliografia			
<p>Básica</p> <p>CANÇADO, Airton Cardoso. Incubação de Cooperativas Populares: metodologia dos indicadores de desempenho. JUSTINO, Maria José. (Org.). Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: a experiência da UFPR. Curitiba: UFPR/PROEC, 2002.</p> <p>MEIRA, Ludmila. A gestão de empreendimentos econômicos solidários: Olhares das ITCPs USP, UFRJ e UNEB (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2005. Salvador. Bahia.</p> <p>OLIVEIRA, Luiz José Rodrigues de; DAGNINO, Renato Peixoto. As Fragilidades das Incubadoras Universitárias de Cooperativas no Brasil. In: Jornada Latinoamericana de Ciência Tecnológica e Sociedade – ECOSITE, V, 2004, Toluca-México, Anais..., Toluca, 2004.</p> <p>Complementar</p> <p>SINGER, P. Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.) A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2003a. p.111-122.</p> <p>SOUZA, Maria Carolina de Azevedo Ferreira de; AZEVEDO, Alessandra de; OLIVEIRA, Luiz José Rodrigues de; BALDEÓN, Naguyen Tufino. Incubadora Tecnológica de Cooperativas – ITCP x Incubadora de Empresas de Base Tecnológica - IEBT – Diferenças e semelhanças no processo de Incubação. In: 10th Latin-American Seminar of Technology Management. Anais... México, 2003.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Empreendedorismo e Comportamento Empreendedor COP0015		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2014.2			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
<p>Ementa:</p> <p>O administrador no contexto empreendedorismo social. As revoluções industriais e a evolução do pensamento administrativo. O estudo da administração e suas finalidades. Abordagem Clássica, Humanística, Neoclássica e Estruturalista da administração. Abordagem Comportamental, Sistêmica e Contingencial da administração. Modelos orgânicos e mecânicos. Organizações contemporâneas. O que é ser empreendedor social. Empreendedorismo social e espírito empreendedor. Benefícios proporcionados pelo empreendedor à sociedade. Características de comportamento e de personalidade do empreendedor social. Mudanças e inovação. Oportunidades no mercado.</p>			
Bibliografia			
<p>Básica</p> <p>FERREIRA, A. A. et al. Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas. São Paulo: Pioneira, 1997.</p> <p>HASHIMOTO, M. Espírito Empreendedor nas Organizações. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>HISRIC, R. D.; PETERS, M. Empreendedorismo, São Paulo: Bookman, 2004.</p> <p>KLIKSBERG, Bernardo O desafio da exclusão: por uma gestão social eficiente. São Paulo: Fundap, 1997</p> <p>MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores. São Paulo: Prentice-Hall, 2006.</p> <p>MELO NETO, Francisco Paulo de Melo e FROES, César Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro – da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.</p> <p>Complementar</p> <p>MAXIMIANO, A. C. A., Introdução à Administração, São Paulo, Editora Atlas, 2004.</p> <p>MOTTA, F. C. P. Teoria Geral da Administração-uma introdução. São Paulo: Pioneira, 1982.</p> <p>OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios. Toledo – PR: GEPEC/ UNIOESTE (www.fae.edu/publicacoes/pdf/art_cie/art_15.pdf).</p> <p>OLIVEIRA, Edson Marques Empreendedorismo social no Brasil: fundamentos e estratégias. Franca-SP: Unesp, 2004 (tese de doutorado).</p> <p>SOUZA SANTOS, Boaventura (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>STONER, J. A. F. Administração. 5ª ed., Rio de Janeiro : LTC, 1999.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Metodologias Participativas de Planejamento e Gestão COP0016		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2014.2			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
<p>Ementa: Metodologias de Identificação e caracterização de problemas críticos; Caracterização de cenários e análise situacional; Concepção e desenvolvimento de estratégias de intervenção; Concepção, desenvolvimento, e produção de novos sistemas sociais sociotécnicos; Análise crítica de alternativas; Concepção de planejamento no contexto da sociedade; Planejamento participativo em programas sociais; Instrumentos e técnicas de planejamento participativo.</p>			
Bibliografia			
<p>Básica ACEVEDO, José Antonio; VÁZQUEZ, Ángel; MANASSERO, Maria Antonia; ACEVEDO, Pilar. Creencias sobre la tecnologia de enseñanza de las ciencias. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, v. 2, n. 3, artículo 9, p. 353 – 376, 2003. Disponível em: <http://www.saum.uvigo.es/reec> acessado em: 18/07/2012. ANDER, E.; E. Introducao a la planificacion. buenos aires: ed. Humanitas, 1983. BIERRENBACH, M. I R de S. Politica e planejamento social. São Paulo: ed. Cortez, 1987. DIAS, Rafael de Brito; NOVAES, Henrique Tahan. Contribuições da economia da inovação para a reflexão acerca da tecnologia social. In: Tecnologia Social: Ferramenta para Construir outra Sociedade. DAGNINO, Renato (org.). Campinas, SP. Unicamp, 2009. FERNANDES, R. C. Privado porem publico: o terceiro setor na america latina. Rio de Janeiro: Relume-dumara, 1994. GANDIN, D. A. Pratica do planejamento participativo. 4a. edicao. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 1997 Complementar CORRÊA, Raquel Folmer. Tecnologia e Sociedade: análise de tecnologias sociais no Brasil contemporâneo. Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFRGS (dissertação de mestrado). Porto Alegre, 2010. DAGNINO, Renato P. Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 2004. _____. Tecnologia Social: Ferramenta para Construir outra Sociedade. Campinas, SP. Unicamp, 2009.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Metodologias de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural COP0017		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2014.2			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Introdução a extensão rural. Realidade rural brasileira. Estratégias de transformação da realidade rural. A extensão rural no contexto da política agrícola. Processos psicossociais relacionados com a ação extensionista. Metodologia em extensão rural. Planejamento do trabalho em extensão rural.			
Bibliografia			
Básica CAPORAL F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável (texto provisório para discussão). Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002. (Série Programa de Formação Técnico-Social da MATER/RS. Sustentabilidade e Cidadania, texto 5). CAPORAL, F. R. La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible : el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Córdoba, 1998. 517p. (Tese de Doutorado) - Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998. CAPORAL, F. R. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. Brasília, agosto de 2005. FONSECA, M.T.L. A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital . São Paulo: Loyola, 1985. SOUZA, W. J. ; MARTINS, S. P. ; FREITAS, H. M. ; AMORIM, M. V. ; CRUZ, M. K.; CUNHA, A. S. R. Nova Gestão Pública, Nova Extensão Rural : Experiências Inovadoras da EMATER-RN. Natal: Edufrn, 2009 THEODORO, S. H., DUARTE, L. G. e VIANA, J. N. Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável . Rio de Janeiro: Garamond, 2009.			
Complementar CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 3., Florianópolis. Anais do Congresso Brasileiro de Agroecologia. Florianópolis: CBA, 2005. THEODORO, S. H., DUARTE, L. G. e ROCHA, E. L. Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável. In: Theodoro, S. H., DUARTE, L. G. e VIANA, J. N. Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável . Rio de Janeiro: Garamond, 2009.			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor COP0018		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2015.1			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Contabilidade aplicada ao Terceiro Setor. Aspectos Conceituais. Constituição e Funcionamento. Legislação e Tributação do Terceiro Setor. Sistema de Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor. Eventos Econômicos. Plano de Contas. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.			
Bibliografia			
<p>Básica</p> <p>ARAÚJO, Osório Cavalcante. Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. MUDANÇAS CONTÁBEIS NA LEI SOCIETÁRIA: LEI 11638 de 28-12-2007. São Paulo: Editora Atlas, 2008.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Manual de Procedimentos Contábeis e Prestação de Contas das Entidades. BRASÍLIA: Cfc, 2003. 126p.</p> <p>OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. Contabilidade para Entidades Sem Fins Lucrativos. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>Complementar</p> <p>BERNARDI, Luiz Antônio. Manual de plano de negócios: fundamentos, processos e estruturação. Editora Atlas, 2006.</p> <p>PAULANI, Leda Maria Bodik. A Nova Contabilidade Social. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.</p> <p>TACHIZAWA, Takeshy<spantakeshy>. Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor: Criação de ONGs </spanongs>e Estratégias de Atuação. 2. ed. : Atlas, 2004. 336p. </spanongs></spantakeshy></p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Funções Administrativas e Decisão COP0019		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2015.1			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Levantamento de experiências. Aspectos principais do comportamento empreendedor. Análise do comportamento empreendedor. Empreendedorismo Social. Planejamento. Organização. Direção. Controle. Processo Decisório.			
Bibliografia			
<p>Básica</p> <p>MAXIMIANO, A.C. A. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.</p> <p>OLIVEIRA, Edson Marques de. Empreendedorismo Social: da teoria à prática, do sonho à realidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.</p> <p>TENÓRIO, F. (Org.). Gestão de ONG's: principais funções gerenciais. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006</p> <p>Complementar</p> <p>MOTTA, P. R. Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente. 14. ed. Rio de Janeiro:Record, 2003.</p> <p>REED, M. <i>Sociologia da Gestão</i>. Oeiras: Celta, 1997.</p> <p>SOARES, A. C. A. A. Desafios gerenciais de organizações do terceiro setor de Belo Horizonte na percepção de seus gerentes. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2008.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Qualidade Organizacional COP0020		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2015.1			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Evolução e Conceito da qualidade. Planejamento da Qualidade. Qualidade do produto. Qualidade do processo. As sete ferramentas da qualidade; ferramentas gerenciais; métodos de gestão da qualidade (qfd, fmea, seis sigma e benchmarking); sistemas de gestão da qualidade (série ISO 9.000).			
Bibliografia			
<p>Básica CARPINETTI, Luiz C.R. Gestão da qualidade: conceitos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2010. LAUGENI, Fernando P.; MARTINS; Petrônio G. Administração da Produção. 2a ed. São Paulo: Saraiva, 2005. MOREIRA, Daniel A. Administração da Produção e Operações. São Paulo: CENGAGE, 2010. PALADINI, Edson P. Gestão estratégica da qualidade: princípios, métodos e processos. São Paulo SP: Atlas, 2008.</p> <p>Complementar FALCONI. Qualidade total padronização de empresas. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, 1992 LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade total em serviços. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1989.CAMPOS, Vicente. SLACK, N. et al. Administração da Produção. 2a ou 3a ed. São Paulo: Atlas, 2002; 2009..</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Controles e Finanças em Cooperativas COP0021		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2015.1			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Caracterização do Terceiro Setor, Estrutura Societária e regulação do Terceiro Setor. Tributação e Fiscalização. Sistema de Contabilidade Aplicado. Processo de Prestação de Contas e Gestão de Recursos.			
Bibliografia			
<p>Básica</p> <p>ATTIE, Willian. Auditoria. Conceitos e aplicações. São Paulo: Atlas, 2000. 3ª. ed.</p> <p>GIL, Antônio de Loureiro. Auditoria operacional e de gestão – Qualidade da auditoria. 4ª. ed. São Paulo, Atlas, 1999.</p> <p>LUNKES, Rogério João. Manual de orçamento. São Paulo. Ed. Atlas, 2003.</p> <p>Complementar</p> <p>ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Administração do Capital de Giro. 3ª Ed. São Paulo. Ed. Atlas, 2002.</p> <p>MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos . São Paulo: Atlas, 2003 9ª. ed.</p> <p>ALVIDO, Becker. Auditoria Externa Aplicada às Sociedades Cooperativas. Aspectos patrimoniais, formais e sociais. São Paulo: Thomson, 2004.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Operações e Logística COP0022		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2015.2			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
<p>Ementa:</p> <p>O escopo da Administração da Produção e Operações. Evolução da Administração da Produção. Tipos de Sistema de Produção. Objetivos estratégicos da produção, qualidade, rapidez, custo, confiabilidade e flexibilidade. Planejamento do sistema de produção: planejamento da capacidade; localização das instalações; projeto do produto e do processo; arranjo físico das instalações; projeto e medida do trabalho. Noções sobre Planejamento e controle da capacidade, MRP I e II e ERP. A definição da logística empresarial. Estratégia logística e planejamento. Serviço ao cliente. Composto logístico. Estratégias de transporte. Logística de distribuição no gerenciamento da cadeia de suprimentos. Logística reversa. Operadores Logísticos e Gestão de Transportes. O custeio baseado em atividades aplicado à logística. Gestão de informações e troca de dados eletrônicos.</p>			
Bibliografia			
<p>Básica</p> <p>BALLOU, Ronaldo H. Logística empresarial: transporte, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993</p> <p>Davis, Mark M. Fundamentos da administração da produção. Porto Alegre: Bookman Editora, 2001.</p> <p>GAIRHER, Norman; FRAIZER, Greg. Administração da Produção e Operações. 8a ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.</p> <p>LAUGENI, Fernando P.; MARTINS; Petrônio G. Administração da Produção. 2a ed. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>MOREIRA, Daniel A. Administração da Produção e Operações. São Paulo: CENGAGE, 2010.</p> <p>Complementar</p> <p>DIAS, Marcos Aurélio P. Administração de materiais: Uma abordagem logística. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>SLACK, N. et al. Administração da Produção. 2a ou 3a ed. São Paulo: Atlas, 2002; 2009</p> <p>TUBINO, D. F. Planejamento e controle da produção: Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2009.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Administração de Materiais e Patrimônio COP0023		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2015.2			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
<p>Ementa:</p> <p>Conceitos da administração de materiais e patrimônio. Análise dos estoques nas organizações. Dimensionamento e controle de estoques. Papel e escopo da função de compras. Sistemas de compras. Seleção de fornecedores: fontes de suprimento; custo e condições de compras. Classificação de materiais: codificação e especificação de itens. Previsão de estoques. Classificação ABC. Lote econômico (LEC/LEP). Administração de Compras. Recursos patrimoniais (vida econômica dos recursos patrimoniais). Decisões de compra. Localização de depósitos: armazéns e centros de distribuição. Armazenamento e movimentação de materiais. O patrimônio das empresas e órgãos públicos. O patrimônio Imobiliário. O Patrimônio Mobiliário.</p>			
<p>Bibliografia</p> <p>Básica</p> <p>ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>DIAS, Marcos Aurélio P. Administração de materiais: Uma abordagem logística. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>VIANA, João José. Administração de Materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>Complementar</p> <p>MARTINS, Petrônio Garcia; Alt, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>MOREIRA, Daniel A. Administração da Produção e Operações. São Paulo: CENGAGE, 2010.</p> <p>SLACK, N. et al. Administração da Produção. 2a ou 3a ed. São Paulo: Atlas, 2002; 2009.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Ferramentas de Marketing, Marketing Social e Comercialização COP0024		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2015.2			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
<p>Ementa:</p> <p>Conceituação; Função e níveis dos canais de Marketing; Cadeia de valor; Varejo; Atacado; Comportamento do consumidor; Processo decisório de consumo; Motivação. Conceito, características e práticas do marketing social relacionados com causas sociais e com organizações sem fins lucrativos. Estratégia de comercialização; Vantagens competitivas das estratégias de marketing; Preparação do plano estratégico voltado para o mercado.</p>			
Bibliografia			
<p>Básica</p> <p>FONTES, Miguel B. Marketing Social Revisitado: novos paradigmas do mercado social. Florianópolis:Cidade Futura, 2001.</p> <p>KOTLER, P. Marketing para organizações que não visam o lucro. São Paulo: Atlas, 1978.</p> <p>_____. Marketing social: estratégias para alterar o comportamento público. Rio de Janeiro: Campus, 1992.</p> <p>_____. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.</p> <p>KOTLER, P.; AMSTRONG, G. O Marketing e a Sociedade: Responsabilidade Social e Ética no Marketing. In: _____. Princípios de Marketing. 5ª ed., Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1993, cap.23, p.426-442.</p> <p>LAS CASAS, A. L. Marketing. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 1997. 302p.</p> <p>MALGODI, Maria Uugênica e CESNIK, Fábio de Sá. Projetos culturais: elaboração, administração, aspectos legais. São Paulo: Escrituras, 2001.</p> <p>MELO NETO, Francisco Paulo de. Marketing de Patrocínio. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.</p> <p>Complementar</p> <p>KOTLER, Philip. Administração de marketing /Philip Kotler, Kevin Lane Keller; tradução Mônica Rosenberg, Brasil Ramos Fernandes, Cláudia Freire; Revisão técnica Dilson Gabriel dos Santos. – 12ª ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.</p> <p>KOTLER, P., Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle, 5º ed. – São Paulo: Atlas, 1998</p> <p>McKENNA, Regis. As cinco regras do novo marketing. Revista HSM Management, n. 22, set/out 2000, pp. 14-22.</p> <p>REIS, Ana Carla Fonseca. Marketing Cultural e Financiamento da Cultura. Teoria e prática em um Estudo Comparado Internacional. São Paulo: Thomson, 2005.</p> <p>SCHOMMER, P. C. Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos: Algumas Questões sobre as “Especificidades” do Campo e o Perfil dos Gestores. In: CONGRESSO NACIONAL DAS APAES, 20. 2001, Fortaleza - CE, Anais... Brasília: Federação Nacional das APAEs, 2001, p. 273-278.</p> <p>VAZ, Gil Nuno. Marketing Institucional: o mercado de idéias e imagens. 2 ed. São Paulo: Thomson, 2003.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Elaboração e Avaliação de Projetos Econômicos e Sociais COP0025		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: 2015.2			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OBRIGATÓRIA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
<p>Ementa: Projetos Públicos e Sociais: o Conceito e a Lógica. Níveis de Formulação do Projeto. Marco Lógico: Objetivo Geral e Objetivo Específico, Análise de Oportunidade/Viabilidade. Sistema de Planejamento, Detalhamento, Monitoramento e Avaliação do Projeto (P.M.A). Avaliação de Fatores de Risco; Definição de Indicadores, Definição de Resultados e Metas, Atribuição de Responsabilidades, Cronograma de Realização, Planejamento de Custos. Mobilização de Recursos. O Contrato de Parceria e Follow up do Projeto.</p>			
<p>Bibliografia</p> <p>Básica ARMANI, D. Como Elaborar Projetos? Guia Prático para a Elaboração de Projetos Sociais. Porto Alegre, Amencar, 2000 CLEMENTE, A. (org.) Projetos empresariais e públicos. São Paulo: Atlas, 2002. BAILEY, Michael. Levantamento de fundos no Brasil: principais implicações para as organizações da sociedade civil e ONGs internacionais. Cadernos ABONG, n. 27 (ONG: Identidade e desafios atuais. São Paulo: ABONG BROSE, Marcus (org.). Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001, 312 p.</p> <p>Complementar CARDOSO, Ruth; FRANCO, Augusto.; DARCY DE OLIVEIRA, Miguel. Um Novo referencial para a ação social de Estado e da Sociedade Civil: 7 lições da experiência do Conselho da Comunidade Solidária. IVª Rodada de Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária. Brasília. Granja do Torto, p.1-25, 2000. ÁVILA, C.M. de Gestão de Projetos Sociais. São Paulo: AAPCS, 3 ed. rev., 2001. CHIANCA, T.; MARINO, E.; SCHIESARI, L. Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil. Coleção Gestão e Sustentabilidade. São Paulo: I.Fonte/Editora Global; 2001.</p>			

14.2. Componentes Curriculares Optativos

Nome e código do componente curricular: CCSA – Tecnologias Sociais, Finanças Solidárias e Redes de Cooperação COP0027		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: A definir			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: BÁSICA	Natureza: OPTATIVA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
<p>Ementa:</p> <p>Tecnologia e poder; Tecnologias e processos de significação e construção de sentido; Análise de processos de construção de funcionamento; As Tecnologias Sociais como estratégias de desenvolvimento inclusivo. Caracterização do Terceiro Setor, Estrutura Societária e regulação do Terceiro Setor. Tributação e Fiscalização. Sistema de Contabilidade Aplicado. Processo de Prestação de Contas e Gestão de Recursos. Redes de cooperação em pesquisa e desenvolvimento articulados em sistemas de inovação. Informacionismo e gestão da transferência do conhecimento compartilhável nas redes de inovação. Coordenação de grupos multifuncionais de desenvolvimento de projetos. Dimensões sócio-culturais da articulação dos sistemas cooperativos de tecnologia e negócios. Conhecimento explícito, competências experiência de agregação de valor nos sistemas produtivos solidários de inovação. Novas tecnologias de co-produção emergentes em arranjos produtivos locais. Valores éticos e morais estruturados no processo de cooperação tecnológica em rede.</p>			
<p>Bibliografia</p> <p>Básica</p> <p>ATTIE, Willian. Auditoria. Conceitos e aplicações. São Paulo: Atlas, 2000. 3ª. ed.</p> <p>ALVIDO, Becker. Auditoria Externa Aplicada às Sociedades Cooperativas. Aspectos patrimoniais, formais e sociais. São Paulo: Thomson, 2004.</p> <p>BUCAYUVA, Pedro Paulo Cunha; VARANDA, Ana Paula de Moura. Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas. Rio de Janeiro: FASE: IPPUR, UFRJ, 2009.</p> <p>CORRÊA, Raquel Folmer. Tecnologia e Sociedade: análise de tecnologias sociais no Brasil contemporâneo. Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFRGS. Porto Alegre, 2010.</p> <p>DAGNINO, Renato P. Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 2004.</p> <p>_____. Tecnologia Social: Ferramenta para Construir outra Sociedade. Campinas, SP. Unicamp, 2009.</p> <p>Complementar</p> <p>MANCE, E. A. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.</p> <p>DAGNINO, Renato P; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.</p> <p>DIAS, Rafael de Brito; NOVAES, Henrique Tahan. Contribuições da economia da inovação para a reflexão acerca da tecnologia social. In: Tecnologia Social: Ferramenta para Construir outra Sociedade. DAGNINO, Renato (org.). Campinas, SP. Unicamp, 2009.</p> <p>GIL, Antônio de Loureiro. Auditoria operacional e de gestão – Qualidade da auditoria. 4ª. ed. São Paulo, Atlas, 1999.</p> <p>MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. São Paulo: Atlas, 2003 9ª. ed.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Agricultura Familiar e Acesso a Mercados COP0028		Centro: CCSA	Carga horária: 180 h/a (PRÁTICA)
Período: A definir			
Modalidade COMPONENTE CURRICULAR	Função: ESTÁGIO	Natureza: OPTATIVA	
Pré-requisito: Metodologia do Trabalho Científico Marco Legal do Terceiro Setor e do Cooperativismo		Módulo de alunos: 60	
<p>Ementa:</p> <p>Analisar o debate sobre o desenvolvimento capitalista na agricultura enfocando as origens agrárias do estado e os modelos de desenvolvimento rural a partir do início do século 20; analisar a emergência do debate em torno das noções camponato e agricultura familiar no Brasil contrapondo o seu estatuto conceitual e operacional buscando a constituição de um quadro teórico-metodológico; tratar a diversidade de formas familiares de produção no espaço rural destacando as diferentes relações construídas entre os seus atores. Analise dos Programas Institucionais (Pronaf, PAA e PNAE).</p>			
<p>Bibliografia</p> <p>Básica</p> <p>AZEVEDO, Fernando Antonio. <i>As Ligas camponesas</i>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 145p.</p> <p>GRAZIANO DA SILVA, J. <i>A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil</i>. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. 192p.</p> <p>GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena. <i>A questão agrária</i>. Trad. E.A. Malagodi; S.Brizzolla; J.B.S. Amaral Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 185p.</p> <p>KAGEYAMA, Angela. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. <i>Revista Reforma Agrária</i>, Campinas, v.23, n.3, p.5-17, 1993.</p> <p>QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. <i>O camponato brasileiro</i>. 2.Ed. Petrópolis: Vozes, 1973. 242p.</p> <p>Complementar</p> <p>LENIN, Vladimir Ilich. <i>O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado Interno para a grande indústria</i>. Trad. José Paulo Netto São Paulo: Abril Cultural. 1982. 426p. <Ed. Progreso, 1907; Primeira publicação: 1899>.</p> <p>MARTINS, J.S. <i>Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político</i>. 3.Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986. 131p.</p> <p>NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. <i>Revista de Estudos Avançados</i>, São Paulo, USP, v.16, n.44, p. 83-100, 2001.</p> <p>PRADO JÚNIOR, C. <i>A evolução política do Brasil e outros estudos</i>. 4.Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1963. 264p.</p> <p>SZMRECSÁNY, T. <i>Pequena história da agricultura no Brasil</i>. 4.Ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998. 102p.</p> <p>VELHO, Otávio Guilherme. <i>Capitalismo autoritário e camponato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento</i>. 2.Ed. Rio de Janeiro: DIFEL / Difusão Editorial, 1974. 261p.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Natureza, Sociedade e Desenvolvimento COP0029		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: A definir			
Modalidade DISCIPLINA	Função: BÁSICA	Natureza: OPTATIVA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
<p>Ementa:</p> <p>Os princípios éticos e filosóficos da relação sociedade – natureza e o surgimento da questão ambiental. Princípios ecológicos e econômicos básicos. Desenvolvimento, cultura, ciência, tecnologia e processos produtivos. A racionalização do uso do patrimônio histórico ecológico no contexto do Desenvolvimento Econômico e Social. A problemática do meio ambiente e suas repercussões no campo das teorias do Desenvolvimento e do planejamento. Conceito de Desenvolvimento Sustentável.</p>			
<p>Bibliografia:</p> <p>Básica</p> <p>M.L.T. Werneck, Viana. Inclusão e cidadania, Estado e mercado: Antigos binômios em versão atual (Texto para discussão, LEPS/UFRJ maio de 2005).</p> <p>MARSHALL, T. Cidadania e classe social. In: MARSHALL, T. Cidadania, classe social e status, Zahar, Rio de Janeiro, 1964.</p> <p>SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.</p> <p>Complementar</p> <p>CAVALCANTI, Clóvis (org). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. IPSO/FUNDAJ, Instituto de pesquisas sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. Disponível em; HTTP//168.96.200.17/ar/livros/Brasil/pesqui/Cavalcanti.rtf.</p> <p>SPINK, Peter. Estratégias locais de combate à pobreza. In: VELLOSO & ALBUQUERQUE (orgs.), Pobreza, cidadania e segurança, Rio de Janeiro, José Olympio, 2000.</p>			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Ética e Responsabilidade Social COP0030		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: A definir			
Modalidade DISCIPLINA	Função: BÁSICA	Natureza: OPTATIVA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
Ementa: A busca de uma nova racionalidade social. Novos paradigmas da responsabilidade social. Gerenciamento da responsabilidade social corporativa, interno, externo, corporativa ambiental e comportamento ético da empresa.			
Bibliografia: Básica MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. Gestão da responsabilidade social corporativa: O caso brasileiro . Rio de Janeiro. Qualitymark editora, 2001. _____. Responsabilidade Social & cidadania empresarial . Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1999. VALLS, Álvaro L. M. O que é ética . 9º ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1994. Complementar Instituto ETHOS. Responsabilidade social das empresas “percepção do consumidor brasileiro” . Pesquisa 2001. São Paulo: ETHOS, 2001. Instituto ETHOS. Responsabilidade social nas empresas . São Paulo: Primeiro passos, 1998. SROUR, Robert Henry. Ética empresarial: a gestão da reputação . Rio de Janeiro: Campus, 2003.			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Capital Social e Desenvolvimento Territorial COP0031		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: A definir			
Modalidade DISCIPLINA	Função: BÁSICA	Natureza: OPTATIVA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Concepções do capital social. Trajetórias do desenvolvimento local. Tipos de conflitos no processo de fortalecimento do capital social. Metodologia de rede social e representação social.			
Bibliografia: Básica BOURDIN, A. A questão local . Rio.DP&A.p.25 a 74. Buarque, Sergio. Construindo o desenvolvimento local sustentável . Rio. Garamond,2003 p.25 a 56. SACHS, Ignacy. Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado . Rio de Janeiro: Garamond, 2004. VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável, o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Editora Garamond. 2005. ZAPATA, T. Desenvolvimento Econômico Local . Desafios, Limites.e Possibilidades. In Desenvolvimento Local:trajetórias e desafios. Recife. IDH. 2006 p.15 a 28. PERICO, Rafael Echeverri.; RIBEIRO, María Pilar. Ruralidade, territotialidade e desenvolvimento sustentável: visão do território na América Latina e no Caribe . Brasília: IICA, 2005. PERICO, Rafael Echeverri. Identidade e território no Brasil. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009. Complementar FRANCO, Augusto de. Capital Social . Instituto de Política.Millennium,2001 p.49 a 90 Fukuyama,F. Capital Social e Sociedade Civil. KLIKSBERG. B; TOMASSINI, L. Capital Social y cultura : claves estratégicas para el desarrollo. BID.2000 p.20 a 58. PUTNAM, R. D. Comunidade e Democracia a Experiência da Itália Moderna , Rio de Janeiro.FGV.2000.p.173 a 194.			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Gestão do Terceiro Setor COP0032		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: A definir			
Modalidade DISCIPLINA	Função: BÁSICA	Natureza: OPTATIVA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Características da racionalidade instrumental; Características da racionalidade substantiva; Racionalidade das organizações de mercado; Racionalidade substantiva na prática administrativa; Racionalidade do Terceiro Setor; O perigo da racionalidade instrumental na gestão do Terceiro Setor.			
Bibliografia: RAMOS, A. G. A Nova Ciência das Organizações : Uma reconceituação da Riqueza das Nações. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1981. SERVA, M. R. A Racionalidade Substantiva Demonstrada na Prática Administrativa. Revista de Administração de Empresas . V 37, n. 2. Abr./jun., São Paulo: 1997. p. 18-30. TENÓRIO, F. G. Gestão de ONGs : Principais funções gerenciais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. TENÓRIO, F. G. Um Espectro Ronda o Terceiro Setor : O espectro do mercado. Ijuí: Unijuí, 2004. VOLTOLINI, R. Terceiro Setor : Planejamento & gestão. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.			

Nome e código do componente curricular: CCSA – Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS COP0033		Centro: CCSA	Carga horária: 60 h/a 45 (PRESENCIAL) 15 (VIVENCIAL)
Período: A definir			
Modalidade DISCIPLINA	Função: BÁSICA	Natureza: OPTATIVA	
Pré-requisito:		Módulo de alunos: 60	
<p>Ementa: Legislação, Evolução Histórica, Os contextos da educação inclusiva, A cultura Surda: Surdo e Surdez, cultura e comunidade surda, noções da lingüística aplicada à LIBRAS; além de proporcionar condições necessárias para a aquisição da LIBRAS a nível básico.</p>			
<p>Bibliografia: Básica</p> <p>Capovilla, Fernando C. & Raphael, Walkiria D. Dicionário: Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS. Vol. I e II. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.</p> <p>CAVALCANTI, M. Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias lingüísticas no Brasil. D.E.L.T.A., v. 15, 1999.</p> <p>Stainback, S. e Stainback, W. Inclusão – um guia para educadores, Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>Complementar</p> <p>Brasil. MEC. Saberes e Práticas da inclusão – Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. SEEP/Brasília/DF, 2005.</p> <p>BRITO, Lucinda F. Integração Social e Educação dos Surdos. Rio de Janeiro: Babel, 1993.</p> <p>Thoma, Adriana da S. & Lopes, Maura C. (org.). A invenção da Surdez – cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. 2ª Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. Sá, Nídia R. Limeira de. Cultura, Poder e Educação de Surdos. São Paulo: Paulinas, 2006.</p>			

15. RECURSOS DE APOIO AO DISCENTE

Entre as unidades da estrutura organizacional encontra-se a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE, instituída através da Resolução nº 010/2010-CONSUNI, de 13 de setembro de 2010, a quem compete planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades de promoção e assistência ao estudante com vistas à sua permanência, através de ações afirmativas nas áreas social, técnico-científica, cultural, esportiva e de política estudantil. As ações da PROAE congregam ajuda financeira ao estudante, assistência médica, odontológica e psicossocial, a partir de cadastro e seleção dos que pleiteiam benefícios e serviços, auxílio moradia aos oriundos de outras cidades através do Programa Bolsa de Residência, concessão de refeição ao aluno com necessidade acadêmica de permanência em turnos consecutivos na Instituição, através do Programa Bolsa Alimentação, auxílio transporte e atendimento social, a partir da inclusão de estudantes nos vários programas acadêmicos e de acolhimento ao estudante na Instituição.

Serão disponibilizados, ainda, recursos de apoio extraclasse e de acompanhamento psicopedagógico, mediante monitoramento dos docentes do Curso, atividades de nivelamento e extracurriculares não computadas como atividade complementares e incentivadas participações em atividades culturais e científicas de outros centros acadêmicos sob a forma de intercâmbios. No âmbito dos recursos de apoio ao discente é relevante destacar, também, serviços especializados disponibilizados pela Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CAENE), criada através da Portaria nº. 203/10 - R, de 15 de março de 2010, vinculada ao Gabinete da Reitoria. A CAENE tem por finalidade apoiar, orientar e acompanhar a política de inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais no âmbito da UFRN. Tais conjuntos de serviços estarão disponíveis aos estudantes do Curso aqui programado.

16. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A Coordenação do Curso acompanhará, ao término de cada semestre letivo, as avaliações dos componentes curriculares ministrados junto aos discentes e docentes. Tais avaliações vêm sendo realizadas, na UFRN, através de procedimento próprio-padrão via SIGAA. À Coordenação, portanto, caberá acompanhar os resultados das avaliações e comunicar junto aos interessados os resultados obtidos. O Colegiado do Curso, por sua vez, realizará atividades semestrais de avaliação junto aos docentes. Até a quarta semana do primeiro período letivo de cada ano, uma Comissão designada pelo Coordenador do Curso procederá à sistematização das avaliações do curso no ano anterior e encaminhará relatório circunstanciado ao Colegiado que o apreciará e o remeterá às instâncias superiores competentes da Instituição, conforme procedimentos da Avaliação Institucional.

A execução orçamentária e técnico-financeira terá acompanhamento do INCRA/RN, desde o momento inicial do Curso (processo seletivo) até a apresentação do relatório final. O acompanhamento do INCRA/RN ocorrerá através de reuniões regulares junto à Coordenação do Curso e à equipe pedagógica, e, desta forma, haverá perfeita sintonia, na efetivação do Curso, entre as duas Instituições envolvidas: UFRN (entidade cooperante executora) e INCRA (entidade cooperante financiadora).

A implantação deste Projeto Pedagógico, por sua vez, ocorrerá através de reuniões com professores e orientadores acadêmicos, para a elaboração de planos de cursos e integração dos componentes curriculares e das atividades do *Tempo Comunidade*, avaliações periódicas realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), orientações acadêmicas, reuniões periódicas do Colegiado do Curso, aplicação de questionários específicos para avaliação do TCC, monitoramento da efetivação dos planos de curso e realização de pesquisa com egresso após um ano de conclusão desta proposta.

17. ORÇAMENTO

18. RESPONSÁVEIS PELO PROJETO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO



Washington José de Souza, Dr. – UFRN
Coordenador do Projeto
SIAPE - 1169358

Coordenador Geral
SIAPE 1169358

Prof. Juarez Azevedo de Paiva, M. Sc.
Coordenador Pedagógico
SIAPE 7533

ANEXO 2
COMPONENTES CURRICULARES